



# CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado

CNPJ: 03.677.638/0001-50

SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar  
Asa Norte - Edifício ION  
Brasília/DF

## Relatório da Administração CEB Lajeado – 2025

### Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Relatório Anual do Comitê de Auditoria, como também do Parecer do Conselho Fiscal.

### Mensagem da Administração

O setor elétrico brasileiro em 2025 foi fortemente impactado por irregularidades hidrológicas na distribuição das chuvas, caracterizadas por períodos de precipitação abaixo da média histórica. Esse cenário resultou em escassez hídrica prolongada, com volumes inferiores aos registrados em exercícios anteriores e redução das afluências em bacias estratégicas, afetando diretamente a geração de energia hidrelétrica. Ainda assim, o suprimento energético nacional foi preservado, impulsionado pela expansão significativa das fontes alternativas, como a geração solar, eólica e térmica a gás natural.

Para as geradoras hidrelétricas, esse contexto demandou maior disciplina operacional e intensificação da gestão de riscos, especialmente no que se refere à exposição ao mercado de curto prazo e ao cumprimento das obrigações contratuais. Já para empresas com portfólio diversificado, a variabilidade climática reforçou a importância da diversificação da matriz de geração como instrumento de mitigação de riscos.

Ao longo dos últimos anos, o setor elétrico brasileiro tem enfrentado desafios associados à maior variabilidade climática e à instabilidade meteorológica, que afetam o regime de chuvas e exigem atenção contínua ao planejamento energético. Embora esses fatores tenham influenciado o comportamento hidrológico em diferentes regiões do país, o início de 2025 foi marcado por uma condição estruturalmente favorável: os reservatórios do Sistema Interligado Nacional apresentaram níveis elevados, resultado da recuperação observada ao longo de 2024.

Nesse contexto, medidas regulatórias e estratégicas continuaram exercendo papel relevante sobre o desempenho operacional das empresas do setor. Mesmo diante de um ambiente dinâmico e sujeito a oscilações regionais de afluências, a CEB Lajeado manteve postura prudente, adotando ações estratégicas que contribuíram para a estabilidade operacional e para um desempenho consistente ao longo do ano.

O mercado de energia em 2025 apresentou desafios pontuais, especialmente durante o período seco, entre junho e novembro, quando algumas bacias registraram afluências abaixo da média. Apesar disso, os reservatórios permaneceram em patamares adequados, sem risco estrutural ao suprimento. A combinação entre variabilidade hidrológica regional, aumento da demanda em determinados períodos e ajustes no balanço energético contribuiu para a elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em alguns meses, com movimentos de alta observados a partir do primeiro trimestre. Essa tendência já vinha sendo indicada por análises de mercado e projeções meteorológicas, permitindo à Companhia antecipar-se e implementar medidas preventivas adequadas.

Nesse contexto, a CEB Lajeado, ao final de 2024, adquiriu cerca de 3 MW médios em leilão de energia com preço vantajoso. Essa estratégia mitigou os impactos provocados pela elevação dos preços de mercado, contribuiu para a estabilidade financeira da Companhia e reduziu os riscos operacionais e os custos associados às operações no mercado de energia ao longo de 2025.

As temperaturas elevadas registradas em diversas regiões do país ao longo de 2025 contribuíram para o aumento da demanda residencial por energia elétrica, especialmente em períodos de maior calor. A inflação oficial, medida pelo IPCA, encerrou o ano em 4,26%, dentro da meta estabelecida,

enquanto o mercado de trabalho apresentou melhora, com aumento da ocupação formal e geração de renda, favorecendo o desempenho da economia nacional.

No Ambiente de Contratação Regulada, prevaleceu um cenário de normalidade, sem registro de inadimplência relevante por parte das geradoras de energia. A principal fonte de receita da CEB Lajeado decorre do contrato bilateral firmado com a Neoenergia S/A., que representou 84,49% da receita total da Companhia em 2025, enquanto os demais 15,51% foram provenientes das operações no mercado de energia.

Os custos operacionais estão associados a itens essenciais à sustentação do negócio, tais como arrendamento, transmissão, compra de energia e encargos operacionais. Em 2025, a Companhia registrou receita bruta gerada de R\$ 306,3 milhões, Ebitda de R\$ 162,5 milhões, com Margem Ebitda de aproximadamente 61,5%, e lucro líquido ajustado superior a R\$ 113,6 milhões, mantendo o desempenho positivo observado nos últimos cinco anos e assegurando retornos consistentes aos acionistas.

As previsões climáticas para 2026 indicam volumes de chuvas abaixo do esperado em bacias relevantes, além da manutenção de temperaturas elevadas ao longo do ano, o que pode impactar tanto o setor elétrico quanto atividades econômicas correlatas, como a agricultura. Diante desse cenário, a Companhia manterá monitoramento contínuo das condições meteorológicas e de mercado, utilizando sua estratégia de comercialização para mitigar possíveis impactos sobre os custos de geração.

A CEB Lajeado permanece comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e conformidade regulatória, ao longo dos próximos capítulos deste Relatório da Administração, serão detalhados os principais aspectos do negócio da CEB Lajeado, incluindo cenários de mercado, estrutura organizacional e financeira, desafios enfrentados e conquistas alcançadas ao longo de mais de 25 anos de atuação, contribuindo de forma relevante para o fornecimento de energia ao Distrito Federal e ao Brasil.

### Boa leitura!

A Administração

### A Empresa

#### Modelagem Societária da CEB Lajeado S/A.

A CEB Lajeado, em conjunto com as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia"), detém 100% do capital votante e 85,31% do capital social da Investco S.A., sociedade por ações registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Investco S.A., a energia gerada pela usina é comercializada pelos consorciados conforme suas respectivas participações no empreendimento. Informações completas relativas a geração de energia da usina é apresentada nas demonstrações financeiras para o exercício social em 31 de dezembro de 2025.

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Luís Eduardo Magalhães, os quais são arrendados exclusivamente aos sócios ordinários, conforme seus percentuais de participação no contrato de concessão. Esse arrendamento foi formalizado pelo Contrato de Arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela usina pertence diretamente às arrendatárias, inexistindo qualquer relação de compra e venda de energia entre Investco S.A. e CEB Lajeado.

#### Estrutura do Negócio

Os acionistas da CEB Lajeado: Companhia Energética de Brasília - CEB e a Eletrobras/AXIA detêm, respectivamente, 59,93% e 40,07% do patrimônio da CEB Lajeado. Contudo, a CEB Holding possui 100% das ações ordinárias com direito a voto. Contudo, o Acordo de Acionistas firmado entre as empresas garante à Eletrobras/AXIA vantagens financeiras sobre as Ações Preferenciais e Partes Beneficiárias, assegurando-lhe 49,67% do lucro líquido da CEB Lajeado, enquanto 50,33% dos rendimentos são destinados à CEB Holding.

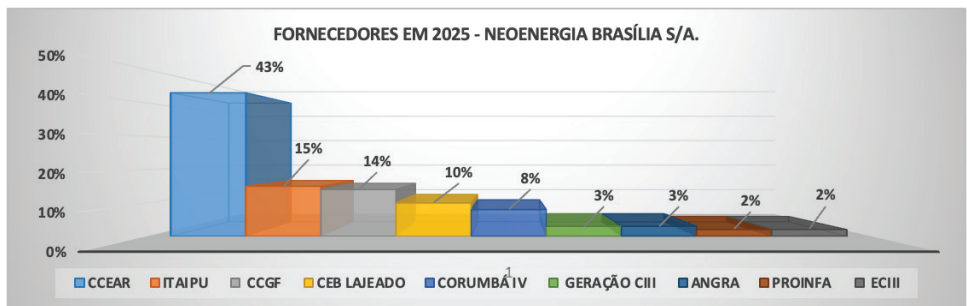
contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Companhia, conforme estratégia de hedge detalhada no item "Comercialização de Energia" deste relatório.

Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular. A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

Durante o ano de 2025, a CEB Lajeado manteve a sua significativa participação no fornecimento de energia para o Distrito Federal, sendo responsável pelo suprimento de 10% de toda a energia demandada pela concessionária de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal. Dentre os maiores fornecedores para a Neoenergia Brasília S/A., a Companhia ocupa o 4º lugar no ranking no fornecimento de energia, conforme é apresentado no quadro abaixo:

FORNECEDORES EM 2025 - NEOENERGIA BRASÍLIA S/A.									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
CCEAR	ITAIPU	CCGF	CEB LAJEADO	CORUMBÁ IV	GERAÇÃO CIII	ANGRA	PROINFA	ECIII	100%
43%	15%	14%	10%	8%	3%	3%	2%	2%	

Referência: Quadro 2025 de Fornecedores Neoenergia Distribuição S/A.



### Comercialização de Energia

Vigente desde 2004, com a publicação da Lei nº 10.848/2004, o modelo atual do setor elétrico Brasileiro prevê que a comercialização de energia elétrica pode ser realizada em dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro ambiente, o fornecimento de energia é regido pelo Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCAR).

Os montantes de energia são ofertados por agentes de geração, comercialização ou importação em leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujos compradores devem ser concessionários de distribuição de energia elétrica. Já no ACL, as operações de compra e venda de energia podem envolver os diversos agentes do mercado, tais como agentes de geração, comercializadoras, consumidores livres, entre outros, onde as condições da aquisição de energia, bem como as particularidades dos contratos de comercialização, são livremente pactuadas entre compradores e vendedores.

A CEB Lajeado S.A. é parte integrante do "Consórcio Lajeado", com cota parte de 19,8%. Parte deste montante de energia é comercializado com a Neoenergia Brasília S.A., por meio de CCAR firmado em 2001. Cabe ainda destacar que conforme a Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicou em 10 de novembro de 2022, através da Portaria GM/MME nº 704 a revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães que a partir de 2023 foi deslocada dos atuais 505,1 MW médios para 479,9 MW médios, fazendo a parcela pertencente a CEB Lajeado deslocar de 101,01 MW médios para 95,02 MW médios.

O contrato determina ainda reajuste anual de preço com base no IGP-M, na data de reajuste tarifário da distribuidora. Todos os contratos firmados no mercado são registrados na CCEE, que gerencia o lastro de energia destes e efetua, periodicamente, a contabilização, apurando o total comercializado de energia entre os agentes, da qual resulta a situação destes como credor ou devedor, com base nas diferenças apuradas.

Os resultados desta contabilização são objetos de liquidação financeira no mercado de curto prazo, resultantes do processo de pagamento e recebimento dos débitos (obrigações) e créditos (direitos) apurados no âmbito da CCEE. Neste ambiente, as diferenças apuradas são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

#### Quadro abaixo nos mostra os valores mensais do PLD durante o ano de 2025:

PLD mensal	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25
Período - 2025 (R\$)	59,21	93,76	327,32	202,18	212,58	234,71
2025 (R\$)	210,02	287,17	260,35	250,19	278,18	265,89

Referência: Boletim PLD-CCEE- Análises de dados - Ano: 2025

De forma estratégica, com o objetivo de mitigar os riscos associados à exposição à volatilidade do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), os agentes do setor definem suas estratégias de comercialização visando assegurar o cumprimento dos contratos de venda de energia, bem como das respectivas parcelas de garantia física.

O PLD médio comercializado em 2025 encontra-se apresentado na tabela acima. Observa-se que o valor praticado

no início do exercício foi de R\$ 59,21, atingindo seu pico no mês de março, quando alcançou R\$ 327,32, e encerrando o ano em R\$ 265,89, patamares significativamente superiores aos preços praticados em 2024.

O ano de 2025 iniciou-se com expectativa positiva em relação aos níveis de energia armazenada. No período de janeiro a abril, as vazões atingiram aproximadamente 70% da média de longo prazo, indicando um cenário inicialmente favorável. Contudo, nos meses subsequentes, verificou-se desempenho hidrológico inferior ao esperado, resultando no encerramento do exercício com vazão média próxima a 55%.

O Generation Scaling Factor (GSF) manteve-se relativamente estável ao longo de 2025, registrando média de 81%. Entretanto, o indicador apresentou desempenho inferior ao observado no exercício anterior, refletindo o cenário hidrológico menos favorável e seus impactos sobre a geração das usinas participantes do MRE.

O exercício de 2025 foi marcado por relevantes movimentações no setor elétrico brasileiro, com reflexos diretos no desempenho operacional e financeiro da CEB Lajeado. No âmbito do Mercado de Curto Prazo (MCP) e do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), ambos administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), observou-se relativa volatilidade de preços, influenciada principalmente pelas condições hidrológicas e pela dinâmica de oferta e demanda no Sistema Interligado Nacional (SIN). Ainda assim, os mecanismos de realocação contribuíram para mitigar parcialmente os riscos hidrológicos enfrentados pelos agentes de geração. Conforme a perspectiva climática e meteorológica o ano de 2025 iniciou com condições relativamente favoráveis. O mês de janeiro registrou PLD no piso, enquanto fevereiro apresentou preços ligeiramente acima desse patamar. No entanto, os meses subsequentes foram marcados por condições menos favoráveis, tanto para a formação de preços quanto para a geração de energia.

O regime hidrológico abaixo do esperado, aliado às mudanças na metodologia de formação de preços, com a atualização dos parâmetros do *Conditional Value at Risk - CVaR* para Alpha = 15 e Lambda = 40, em que "alpha" seleciona os 15% piores cenários hidrológicos e "lambda" atribui peso de 40% ao custo médio desses cenários na decisão do modelo, tornando a operação mais conservadora somou-se à irregularidade das chuvas em importantes bacias hidrográficas e exerceu pressão adicional sobre os resultados operacionais das geradoras.

Esse contexto impactou negativamente a produtividade das usinas e influenciou a dinâmica de preços no mercado, tornando o exercício particularmente desafiador para a usina.

Apesar do ambiente adverso, o Sistema Interligado Nacional manteve elevados níveis de confiabilidade, sustentado pela diversificação da matriz elétrica e pelo avanço das fontes renováveis complementares, especialmente a solar e a eólica. De forma geral, o balanço de 2025 para a CEB Lajeado evidencia solidez operacional, disciplina na gestão de riscos e aderência às melhores práticas de governança, fatores que contribuíram para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

### Desempenho Econômico-Financeiro da Companhia

A seguir será apresentado o desempenho econômico-financeiro em 2025, sempre tendo a abordagem comparativa do ano de 2024, para que tenhamos a real dimensão da performance da Companhia.

Demonstração de Resultados	Exercício - 2025	Exercício - 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Receita Operacional Bruta	306.396	269.097	37.299	13,86%
Neoenergia S/A	258.878	248.712	10.166	4,09%
Mercado de Energia - MCP/MRE	47.518	20.385	27.133	133,10%
(-) Impostos e Contribuições	(37.779)	(34.731)	(3.048)	8,78%
Receita Operacional Líquida	268.617	234.366	34.251	14,61%
(-) Custo com Energia Elétrica	(108.762)	(75.508)	(33.254)	44,04%
(+) Despesas Gerais e Administrativas	(11.018)	(10.593)	(425)	4,01%
(-) Amortização e Depreciação	(8.561)	(8.516)	(45)	0,53%
(+) Equivalência Patrimonial	13.687	11.595	2.092	18,04%
(+/-) Outras Receitas e Despesas	27	(58)	85	-146,55%
(+) Resultado financeiro	20.534	15.277	5.257	34,41%
Lucro antes dos tributos	174.524	166.563	7.961	4,78%
(-) IRPJ/CSLL	(48.244)	(49.908)	1.664	-3,33%
(-) Lucro Bruto	126.280	116.655	9.625	8,25%
(-) Partes Beneficiárias	(12.628)	(11.665)	(964)	8,26%
Lucro Líquido do Exercício	113.652	104.990	8.663	8,25%
Ebitda ajustado - 2025/2024	162.551	159.879	2.672	1,67%
Margem Ebitda - 2025/2024	60,51%	68,20%	-	-7,70%

Referência: Demonstrações Contábeis – Exercícios findos de 2025-2024.

### ESTRUTURA EMPRESARIAL - CEB LAJEADO S/A



### Extensão da Concessão

Conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2632/2021, de 14 de setembro de 2021, foi homologada a extensão do prazo de outorga para usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, incluindo a UHE Luís Eduardo Magalhães. Com isso, os consorciados obtiveram um prazo adicional de 980 dias, alterando o período da concessão de 16 de dezembro de 1997 a 15 de dezembro de 2032 (35 anos iniciais) para 22 de setembro de 2035.

Adicionalmente, durante o período de prorrogação da concessão, a CEB Lajeado S.A. poderá comercializar sua cota-parte da energia da UHE Luís Eduardo Magalhães no Mercado Livre, visto que o Contrato Bilateral firmado com a Neoenergia Distribuição S.A. se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

### A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

Consorticiadas	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Referência: Contrato de Concessão nº 05/1997. Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

CONTINUAÇÃO

A seguir seguem comentários:

**a) Venda de Energia Bruta:** A receita proveniente da venda de energia apresentou crescimento significativo, em função de um conjunto de fatores determinantes, dentre os quais se destacam:

Receita de venda de energia	Exercício - 2025	Exercício 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Neoenergia S/A. (i)	258.878	248.712	10.166	4,09%
MCP/MRE – CCEE (ii)	47.518	20.385	27.133	133,10%
<b>Total da Receita com venda</b>	<b>306.396</b>	<b>269.097</b>	<b>37.299</b>	<b>13,86%</b>

i) decorrente da atualização dos valores contratuais pelo IGP-M, os montantes pactuados com a Neoenergia S/A. foram reajustados em 4,53% no período de outubro de 2023 a setembro de 2024. Adicionalmente, a partir de outubro de 2025, o contrato passou por novo reajuste de 2,82%, válido para os 12 (doze) meses subsequentes. Em razão desses reajustes, o faturamento mensal passou de R\$ 21.422 mil para R\$ 22.026 mil.

ii) a venda de energia no mercado de curto prazo apresentou desempenho expressivo em 2025, com receita total de R\$ 47.518 mil, em comparação a R\$ 20.385 mil em 2024, resultando em um incremento de R\$ 27.133 mil, equivalente a uma variação positiva de 133,10%. Esse resultado decorreu, principalmente, da elevação dos preços praticados do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) ao longo de 2025.

iii) ao final o resultado com venda de energia totalizou R\$306.396 mil em 2025, frente R\$269.097 mil em 2024, representando um aumento de R\$37.299 mil, equivalente a uma variação positiva de 13,86% em relação ao período anterior.

**b) Deduções com impostos e encargos setoriais:** Houve aumento nas deduções com tributos (PIS e COFINS), além da redução em encargos setoriais, a variação foi maior em 8,78%, conforme detalharemos abaixo.

Deduções e Impostos	Exercício - 2025	Exercício 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Pis e Cofins (i)	(31.941)	(28.017)	(3.924)	14,01%
Taxas regulatórias/setoriais (iii)	(770)	(737)	(33)	4,48%
Compensação de recursos hídricos (iii)	(5.068)	(5.977)	909	-15,21%
<b>Total da Receita com venda</b>	<b>(37.779)</b>	<b>(34.731)</b>	<b>(3.048)</b>	<b>8,78%</b>

i) os tributos incidentes sobre o faturamento, referentes ao Pis e à Cofins, apresentaram variação positiva de 14,01%, justificada pelo aumento da receita bruta no exercício;

ii) os encargos do consumidor, compostos principalmente por taxas regulatórias e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, registraram variação de 4,48%;

iii) as despesas com recursos hídricos apresentaram redução de -15,21%, refletindo a menor geração de energia da Usina de Lajeado no período, em decorrência do controle operacional exercido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.

**c) Custos com geração de energia:** Os custos associados à geração de energia apresentaram aumento de 44,04%, impulsionados por fatores regulatórios e mercadológicos, conforme detalhado a seguir:

Custos de geração de energia	Exercício - 2025	Exercício 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Compra de energia no ACR e ACL (i)	(61.333)	(28.008)	(33.325)	118,98%
Encargos de energia no Mercado	356	714	(358)	-50,14%
Arrendamento pago a Investco (ii)	(32.197)	(32.914)	717	-2,18%
Custo de Transmissão - CUST (iii)	(24.565)	(21.545)	(3.020)	14,02%
Prêmio do Risco Hidrológico	(1.200)	(1.203)	3	-0,25%
Taxas e Contribuições da Aneel	(238)	(203)	(35)	17,24%
Créditos tributários s/ energia (iv)	10.415	7.651	2.764	36,13%
<b>Total</b>	<b>(108.762)</b>	<b>(75.508)</b>	<b>(33.254)</b>	<b>44,04%</b>

i) O custo com energia adquirida para revenda foi significativamente superior em 2025 quando comparado a 2024, em decorrência de fatores hidrológicos e mercadológicos, bem como da manutenção de um Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em patamares atipicamente elevados ao longo de grande parte do exercício. Ressalta-se que esse custo deve ser analisado de forma conjunta com a respectiva receita gerada, conforme detalhado a seguir:

Mercado de Energia - CCEE	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Receita de Venda - CCEE (a)	47.518	20.385	27.133	133,10%
Compra de Energia - CCEE (b)	(55.812)	(24.681)	(31.131)	126,13%
<b>Saldo</b>	<b>(8.294)</b>	<b>(4.296)</b>	<b>(3.998)</b>	<b>93,06%</b>

**a) Receita de Venda - CCEE:** A comercialização de energia no mercado de curto prazo apresentou desempenho expressivo em 2025, totalizando uma receita de R\$ 47.518 mil, frente a R\$ 20.385 mil em 2024. O resultado representa um incremento de R\$ 27.133 mil, correspondente a uma variação positiva de 133,10%, reflexo direto da elevação dos preços praticados no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) ao longo do exercício de 2025.

**b) Compra de Energia - CCEE:** Conforme já abordado no item "a", o aumento desse custo decorre, principalmente, da elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que se manteve significativamente acima da média histórica dos últimos anos. Em 2025, o resultado das compras de energia no mercado de curto prazo foi negativo em R\$ 55.812 mil, frente ao montante de R\$ 24.681 mil registrado em 2024, sendo deduzido o crédito tributário de Pis e Cofins, representando uma variação desfavorável de R\$ 31.131 mil. Considerando exclusivamente as operações de compra e venda de energia na CCEE, o saldo líquido apurado foi negativo em R\$ 8.294 mil em 2025, comparativamente a R\$ 4.296 mil em 2024, conforme demonstrado no quadro acima.

ii) O arrendamento, detalhado nas demonstrações financeiras na Nota Explicativa nº 11, referente aos valores pagos à Investco pela geração de energia, apresentou redução no exercício, contribuindo positivamente para o fluxo de caixa da CEB Lajeado. O montante desembolsado passou de R\$ 32.914 mil em 2024 para R\$ 32.197 mil em 2025, representando uma

redução de R\$ 717 mil, equivalente a uma variação negativa de 2,18%, em conformidade com os critérios de cálculo previstos no contrato de arrendamento.

iii) quanto à transmissão do sistema: O montante pago às transmissoras serve exclusivamente para enviar o transporte da geração de energia gerada pela Usina de Luis Eduardo Magalhães. Em 2025 o montante pago foi corrigido pela variação medida pelo (IPCA), contudo ainda houve o acréscimo do volume de energia que passa pelos fios, autorizado pela ANEEL com a Receita Anual Permitida – RAP, somado a entrada de novas transmissoras integradas ao sistema nacional, ao final a variação do custo para a CEB Lajeado foi superior em 14,02%.

iv) os créditos incidentes sobre operações com energia aumentaram, variando 36,13%, refletidas principalmente na elevação do custo nas operações de energia comprada, sendo impactadas pela elevação do preço com o PLD, cabe ressaltar que a alíquota de crédito é de 9,25% sobre essas operações.

**d) Despesas administrativas:** As despesas administrativas apresentaram aumento de 4,01% em relação ao exercício anterior, principalmente em função do reajuste inflacionário medido pelo INPC, que impactou os custos com mão de obra de pessoal e contratos firmados com empresas prestadoras de serviços. Em 2025, o custo total atingiu R\$ 11.018 mil, frente a R\$ 10.593 mil registrados em 2024, representando uma variação superior de R\$425 mil.

Despesas administrativas	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Despesas gerais e administrativas	(11.018)	(10.593)	(425)	4,01%
<b>Total</b>	<b>(11.018)</b>	<b>(10.593)</b>	<b>(425)</b>	<b>4,01%</b>

**e) Amortizações e Depreciações:** A Amortização refere-se ao intangível do ganho com as ações preferenciais da Eletrobras/AXIA, evento ocorrido no ano de 2005 e que será amortizado até setembro de 2035, além deste evento, a CEB Lajeado segue amortizando desde o ano de 2022, o ganho com a Repactuação do Risco Hidrológico que foi concedida a extensão da concessão da usina de Lajeado, conforme previsto na Lei 14.052/2020 até o final da concessão em setembro de 2035. Não houve variação nos valores no período, uma vez que os critérios adotados são lineares.

Amortizações	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Amortizações e Depreciações	(8.561)	(8.516)	(45)	0,53%
<b>Saldo</b>	<b>(8.561)</b>	<b>(8.516)</b>	<b>(45)</b>	<b>0,53%</b>

**f) Participação societária:** Em relação ao ganho com equivalência patrimonial, a variação foi maior em 18,04% e R\$2.092 mil, reflexo do bom desempenho operacional e financeiro por parte da coligada Investco. A CEB Lajeado detém participação de 20% nas ações ordinárias com direito a voto da Investco, fazendo jus a esse percentual sobre o resultado apurado pela investida.

Equivalência Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Participações em coligadas	13.687	11.595	2.092	18,04%
<b>Total</b>	<b>13.687</b>	<b>11.595</b>	<b>2.092</b>	<b>18,04%</b>

**g) Receitas e Despesas financeiras:** O resultado financeiro apurado no exercício, conforme demonstrado a seguir, requer alguns esclarecimentos adicionais, os quais serão apresentados:

Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Receita Financeira	22.939	17.410	5.529	31,76%
Despesa Financeira	(2.405)	(2.133)	(272)	12,77%
<b>Total</b>	<b>20.534</b>	<b>15.277</b>	<b>5.257</b>	<b>34,41%</b>

i) a receita financeira apresentou crescimento de 31,76%, refletindo a retomada da elevação da taxa CDI ao longo de 2025. Ressalta-se que as aplicações financeiras da CEB Lajeado estão integralmente indexadas ao CDI, o qual é diretamente atrelado à taxa Selic, que encerrou o exercício de 2025 no patamar de 15,0%.

ii) as despesas financeiras registraram aumento de 12,77%, impactadas principalmente por operações realizadas no âmbito da CCEE, além de ajustes contábeis decorrentes da atualização de provisões tributárias.

iii) como resultado dessas operações, o resultado financeiro consolidado apresentou variação positiva de 34,41%, equivalente a R\$ 5.257 mil, mostrando-se favorável ao final de 2025.

**h) Lucro antes dos impostos:** O lucro antes dos impostos apresentou variação positiva ao final do exercício de 2025, sendo oportuno destacar alguns pontos relevantes, conforme descrito a seguir:

Lucro antes dos tributos	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Lucro antes do IR e CS	174.524	166.563	7.961	4,78%
IR e CS	(48.244)	(49.908)	1.664	-3,33%
<b>Resultado depois dos tributos</b>	<b>126.280</b>	<b>116.655</b>	<b>9.625</b>	<b>8,25%</b>

i) o lucro antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CS) apresentou crescimento de R\$ 7.961 mil, correspondente a uma variação positiva de 4,78%, refletindo um desempenho satisfatório no exercício. Esse resultado decorre, principalmente, do aumento da receita bruta, somado à contribuição positiva dos ganhos oriundos da equivalência patrimonial e do resultado financeiro.

ii) mesmo com crescimento do resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CS), a despesa tributária total apresentou redução de -3,33% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos do imposto diferido, influenciados por estimativas negativas apuradas em dezembro de 2025, cuja realização está prevista para janeiro de 2026. Tal efeito contribuiu para a diminuição do montante final dos tributos reconhecidos no exercício.

Lucro ajustado	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Lucro depois do IR e CS	126.280	116.655	9.625	8,25%
Partes Beneficiárias	(12.628)	(11.665)	(964)	8,26%
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>113.652</b>	<b>104.990</b>	<b>8.663</b>	<b>8,25%</b>

iii) O lucro líquido após a incidência do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CS) totalizou R\$ 126.280 mil em 2025 em comparação a R\$ 116.655 mil em 2024, representando um acréscimo de R\$ 9.625 mil no exercício.

iv) em razão do desempenho econômico-financeiro favorável apurado no exercício, as partes beneficiárias devidas à Eletrobras/AXIA alcançaram o montante de R\$ 12.628 mil, representando um incremento de R\$ 964 mil em comparação ao exercício anterior, em linha com a evolução dos resultados da Companhia para os findos de 2025.

v) O lucro líquido ajustado atingiu o montante de R\$ 113.652 mil em 2025, em comparação aos R\$ 104.990 mil registrados em 2024, representando um aumento de R\$ 8.663 mil, equivalente a uma variação positiva de 8,25%. Esse desempenho evidencia o cumprimento das metas previamente estabelecidas para o exercício, bem como a manutenção do lucro líquido em patamares superiores aos previstos, em conformidade com as projeções e estudos contemplados no Plano de Negócios da Companhia.

## Informações financeiras

Dados Econômico-Financeiros	Exercício - 2025	Exercício - 2024	Δ 2025/2024 - R\$
<b>Receita operacional bruta de venda</b>	<b>306.396</b>	<b>269.097</b>	<b>37.299</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>268.617</b>	<b>234.366</b>	<b>34.251</b>
Lucro antes das partes beneficiárias	126.280	116.655	9.625
Resultado financeiro	20.534	15.277	5.257
Ganhos em Participações societárias	13.687	11.595	2.092
<b>Ebitda ajustado</b>	<b>162.551</b>	<b>159.879</b>	<b>2.672</b>
<b>Margem Ebitda</b>	<b>60,51%</b>	<b>68,22%</b>	<b>-7,70%</b>

Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado - 2025/2024.

A receita bruta oriunda das operações de energia no exercício de 2025 apresentou crescimento significativo em relação a 2024, configurando-se como o maior faturamento alcançado pela Companhia nos últimos cinco anos. Do total apurado, cerca de 84,49% decorrem do contrato bilateral celebrado com a Neoenergia, ao passo que os 15,51% remanescentes são provenientes das operações no mercado de energia, segmento que, no exercício, registrou desempenho superior à média observada nos anos anteriores.

A evolução da receita resulta da combinação de múltiplos fatores, com destaque para as alterações nos critérios de sazonalização de energia promovidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), as quais impactaram diretamente a elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Somam-se a esse contexto os efeitos de condições meteorológicas, mudanças na metodologia de cálculo e a persistência de um período prolongado de estiagem, fatores que contribuíram de forma relevante para a valorização dos preços de energia e, consequentemente, para o fortalecimento do desempenho econômico das empresas de geração.

Quanto ao Ebitda, segue melhor detalhado para os anos de 2024 e 2025.

Ebitda Exercício de 2025	Ebitda Exercício de 2024	Δ 2025/2024
Lucro Líquido	104.990	8.663
(+) IRPJ e CSLL	49.908	(1.664)
(-) Resultado Financeiro	(15.277)	(5.257)
(+) Depreciação e amortização	8.516	45
(+) Partes beneficiárias	11.665	964
<b>Ebitda ajustado</b>	<b>159.879</b>	<b>2.672</b>
<b>Margem Ebitda</b>	<b>68,22%</b>	<b>-7,70%</b>

A variação do EBITDA apresentou desempenho positivo no exercício de 2025, alcançando o montante de R\$ 162.551 mil, em comparação aos R\$ 159.879 mil registrados em 2024, o que representa um incremento de R\$ 2.672 mil no período. Em relação à margem EBITDA, observou-se redução de -7,70%, passando de 68,22% em 2024 para 60,55% em 2025, impactada, principalmente, pela elevação dos custos operacionais.

## Dados patrimoniais

Informações patrimoniais	Exercício - 2025	Exercício - 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Ativo total (i)	485.213	474.961	10.252	2,16%
Disponibilidades (ii)	160.171	152.185	7.986	5,25%
Ativo não circulante	300.860	305.977	(5.117)	-1,67%
Passivo Circulante (iii)	77.893	69.475	8.418	12,12%
Passivo Exigível de Longo Prazo	16.458	17.923	(1.465)	-8,17%
Patrimônio Líquido (iv)	390.862	387.563	3.299	0,85%

Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado - 2025/2024.

i) no âmbito das informações patrimoniais, constata-se a expansão do ativo total no montante superior a R\$ 10.252 mil, com o encerramento do exercício de 2025 no valor de R\$ 485.213 mil, em comparação aos R\$ 474.961 mil apurados ao final de 2024.

ii) tal desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo reajuste contratual firmado com a Neoenergia S.A., aliado aos valores auferidos no mercado de curto prazo. Ademais, o recebimento de dividendos e os ganhos financeiros contribuíram de forma relevante para a elevação das disponibilidades de caixa, que apresentaram variação positiva de 5,25% no período.

iii) observa-se, adicionalmente, o aumento das obrigações de curto prazo em 12,12%, decorrente, sobretudo, dos saldos a pagar ao mercado de energia, os quais foram influenciados por condições mercadológicas adversas, marcadas por incertezas e oscilações nos preços da energia.

iv) o patrimônio líquido registrou acréscimo de R\$ 3.299 mil, com reflexos diretos na rubrica de lucros, em função da melhora do lucro líquido apurado em 2025 e, consequentemente, do reconhecimento dos dividendos adicionais propostos.

## Grau de Endividamento

Para calcularmos o grau de endividamento, consideramos o passivo circulante, acrescido ao exigível de longo prazo, dividido pelo ativo total, multiplicado por 100. Todas as informações para análise são extraídas no balanço patrimonial da Companhia.

Endividamento Geral	Exercício - 2025	Exercício - 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Capital de terceiros	94.351	87.398	6.953	7,96%
Ativo Total	485.213	474.961	10.252	2,16%
<b>Endividamento Geral - Δ</b>	<b>19,45%</b>	<b>18,40%</b>	<b>-</b>	<b>5,67%</b>

Referência: Demonstrações contábeis CEB Lajeado em 2025 - 2024.

As informações extraídas das demonstrações contábeis evidenciam que a CEB Lajeado mantém um nível de endividamento reduzido, bem como elevada capacidade de liquidação de suas obrigações de curto e médio prazos, amplamente respaldada pela posição de caixa.

O endividamento da Companhia permanece em patamares considerados confortáveis, refletindo sólida capacidade de pagamento. O caixa e equivalentes de caixa encerraram o exercício em R\$ 160.171 mil em 2025, frente a R\$ 152.185 mil em 2024, representando uma variação positiva de R\$ 7.986 mil. Tal desempenho, aliado aos resultados operacionais favoráveis, demonstra que os passivos contraídos, essencialmente relacionados a custos operacionais, obrigações tributárias e compromissos com acionistas, não comprometem o cumprimento das obrigações assumidas, preservando o equilíbrio da estrutura patrimonial.

No que se refere ao grau de endividamento, observou-se leve elevação no período, conforme demonstrado no quadro acima, passando de 18,40% em 2024 para 19,45% em 2025. Esse movimento decorre, principalmente, do aumento das obrigações com terceiros, concomitantemente à expansão do ativo total. No passivo circulante, destacam-se os acréscimos nas rubricas de fornecedores, obrigações com acionistas e obrigações tributárias. No ativo, verificou-se aumento nas disponibilidades de caixa, cauções e investimentos, parcialmente compensado pela redução do intangível.

## Abaixo é apresentado o Retorno sobre o Capital Próprio – ROE

Retorno do Capital Investido - ROE	Exercício - 2025	Exercício - 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Lucro Líquido	113.652	104.990	8.662	8,25%
Patrimônio Líquido	390.862	387.563	3.299	0,85%
<b>Δ 2025/2024</b>	<b>29,08%</b>	<b>27,09%</b>	<b>-</b>	<b>7,34%</b>

Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado - 2025/2024.

A CEB Lajeado apresenta elevado retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), evidenciando expressiva eficiência operacional na geração de resultados a partir do capital investido, conforme demonstrado na tabela acima. Em 2025, o indicador atingiu 29,08%, frente a 27,09% em 2024, mantendo-se em patamares significativamente superior à média de mercado, estimada entre 15% e 20%.

A evolução do índice decorre, principalmente, do crescimento do lucro líquido, aliado à expansão do patrimônio líquido no período. Contudo os resultados apurados nos exercícios de 2025 e 2024 superaram as expectativas inicialmente projetadas, em consonância com as premissas e projeções estabelecidas no Plano de Negócios da CEB Lajeado. O quadro abaixo demonstra como será realizada a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

CONTINUAÇÃO

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

	Exercício - 2025	Exercício - 2024	Δ 2025/2024 (R\$)	Δ 2025/2024 (%)
Juros sobre capital próprio	27.925	22.173	5.752	25,94%
Partes Beneficiárias	12.749	11.665	1.084	9,29%
Dividendo mínimo obrigatório	4.950	7.400	(2.450)	-33,11%
Dividendos Adicionais Propostos	81.868	75.417	6.451	8,55%
<b>Total</b>	<b>127.491</b>	<b>116.655</b>	<b>10.837</b>	<b>9,29%</b>

Referência: Demonstrações contábeis CEB Lajeado em 2025 - 2024.

No que se refere à política de distribuição de resultados, a Companhia, nos termos de seu Estatuto Social, destina 25% do lucro líquido ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os 75% restantes, equivalentes a R\$ 81.868 mil em 2025 (R\$ 75.417 mil em 2024), permanecem registrados no patrimônio líquido, na rubrica de Reserva de Lucros, com sua destinação sujeita à deliberação da Assembleia Geral da Companhia, para abril de 2026. Assim, a destinação total de resultados aos acionistas atingiu R\$ 127.491 mil em 2025, anteriormente R\$ 116.655 mil referentes ao exercício de 2024.

**Investimentos**

Para os próximos anos estão previstos investimentos na modernização de equipamentos de hardwares e na aquisição de softwares, além de aquisição de mobiliário para a Companhia, todos na esfera administrativa. Importante destacar que a Coligada Investco é responsável por todos os investimentos na usina, conforme previsto no contrato de arrendamento, além da operação e manutenção da UHE Luís Eduardo Magalhães, que está localizada na Cidade de Miracema do Tocantins – TO.

**Relacionamento Institucional**

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Ministério de Minas e Energia – MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Companhia.

**Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI**

A CEB Lajeado reafirma seu compromisso institucional com o fomento à pesquisa aplicada e à inovação tecnológica, mantendo o planejamento contínuo de investimentos em projetos estratégicos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Em março de 2025, foi concluído o Projeto SmartCeb, cujo objeto consistiu no desenvolvimento de um framework para Cidades Inteligentes, por meio de smart meters modulares integrados às redes de iluminação pública, utilizando tecnologia 5G, executado em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a empresa IDEASOFT Informática Ltda.

O projeto contemplou o desenvolvimento de três principais eixos de soluções tecnológicas voltadas ao monitoramento e à gestão inteligente da infraestrutura urbana: CityIoT –

Monitoramento Ambiental e Urbano, Câmera Inteligente Integrada à Iluminação Pública e Quadro de Distribuição Inteligente. Sua execução demandou a seleção criteriosa de sensores, a definição estratégica da alocação dos dispositivos, bem como a construção, testes e validação dos equipamentos em ambientes reais de operação.

Em dezembro de 2025, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica nº 001/2025, dando continuidade às iniciativas do projeto anterior. O novo projeto é desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a empresa MVP3 Investimentos e Inovação Ltda. – EPP, tendo como objeto o aprimoramento e a validação do framework para Cidades Inteligentes, por meio de smart things modulares integrados à rede de iluminação pública.

Essa nova etapa tem como objetivo adequar e otimizar as soluções previamente desenvolvidas, com base na análise de mercado realizada na fase anterior do projeto de PDI da CEB Lajeado em parceria com a UFJF. A abordagem adotada busca ampliar a viabilidade comercial das tecnologias, potencializando sua adoção e expandindo seu impacto em diferentes frentes tecnológicas e estratégicas.

A continuidade do projeto representa, portanto, um passo fundamental para a consolidação das inovações geradas e para a ampliação de sua aplicação prática. O novo ciclo de PDI não apenas promoverá o aprimoramento das soluções já desenvolvidas, como também possibilitará maior integração com distintos setores e stakeholders, fortalecendo a construção de um ecossistema robusto para cidades inteligentes, com elevado potencial de geração de receitas, tanto para a malha de iluminação pública de Brasília quanto em âmbito nacional.

**Gestão de Pessoas****a) Colaboradores/Pessoal:**

A CEB Lajeado, comprometida em atender às expectativas de seus acionistas, através do planejamento de metas estratégicas, tem concentrado esforços na valorização das relações de trabalho, no respeito aos colaboradores e no desenvolvimento humano.

Em cumprimento ao art. 8º, inciso X, da Lei nº 13.303/2016, e a Lei nº 15.177/2025, a CEB Lajeado divulga os indicadores relativos à política de igualdade entre homens e mulheres referentes ao exercício de 2025, conforme veremos a seguir: Sendo assim, contou na data-base de 2025, com uma força de trabalho composta por:

• 11 trabalhadores, sendo 8 empregados em comissão, 3 empregados cedidos da sua controladora CEB Holding, e ainda contou com a colaboração de 2 estagiários. O quadro abaixo, nos mostra informações sociais e os custos com remunerações de colaboradores durante o ano de 2025.

Exercícios	Quantidade de Colaboradores							
	Exercício de 2025		Exercício de 2024					
Colaboradores	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Nível médio	-	3	3	-	-	3	3	-
Nível superior	3	5	8	33,3%	3	5	8	33,3%
Estagiários	1	1	2	50,0%	1	1	2	50,0%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>30,8%</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>30,8%</b>

Entre os anos de 2025 e 2024, não ocorreram mudanças no quadro de pessoal da Companhia, mantendo a performance e a sustentabilidade dos negócios.

Exercícios	Custeio com Colaboradores							
	Exercício de 2025				Exercício de 2024			
Remunerações	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Salário médio	13,4	8,5	21,9	61,2%	12,7	8,1	20,8	61,1%
<b>Total</b>	<b>13,4</b>	<b>8,5</b>	<b>21,9</b>	<b>61,2%</b>	<b>12,7</b>	<b>8,1</b>	<b>20,8</b>	<b>61,1%</b>
Custo total	1.188	1.992	3.180	37,4%	1.133	1.902	3.035	37,3%
<b>Total</b>	<b>1.188</b>	<b>1.992</b>	<b>3.180</b>	<b>37,4%</b>	<b>1.133</b>	<b>1.902</b>	<b>3.035</b>	<b>37,3%</b>

O custo com colaboradores, seguiu o plenamente o acordo coletivo de trabalho da Companhia, que prevê o reajuste de salários, entre outros benefícios pré-definidos. Importante mencionar que o quadro funcional não teve a ocupação completa em 2025, conforme consta na relação de cargos.

A CEB Lajeado vem buscando o aprimoramento do seu quadro funcional, buscando capacitação e treinamento para seus colaboradores nas áreas administrativa, financeira, jurídica e gerencial, no sentido de aperfeiçoar os seus processos e a organização da entrega de informações e relatórios aos acionistas e aos diversos órgãos reguladores.

**b) Administradores:**

A administração da CEB Lajeado é composta por 16 membros, distribuídos da seguinte forma:

- 3 integrantes da Diretoria, 7 Conselheiros de Administração, 3 Conselheiros Fiscais e 3 membros do Comitê de Auditoria.

Exercício	Órgãos de Governança em 2025					
	Exercício de 2025			Exercício de 2024		
Colegiados	Mulheres	Total	Mulheres %	Mulheres	Total	Mulheres %
Diretoria	-	3	-	-	3	-
Conselho de Administração	-	7	-	-	7	-
Conselho Fiscal	-	3	-	-	3	-
Comitês Estatutários	-	3	-	-	3	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>-</b>

• De forma colegiada, esses órgãos definem as diretrizes estratégicas e orientações que norteiam a tomada de decisão da Companhia, garantindo governança, controle e alinhamento às melhores práticas de gestão. Cabe mencionar que os membros do Comitê de Auditoria não recebem remuneração pela CEB Lajeado, pois existe uma estrutura de governança compartilhada com o controlador da Companhia.

Exercícios	Salários/Jetons com Administradores							
	Exercício de 2025				Exercício de 2024			
Salários/Jetons	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Diretoria	-	42	42	-	-	40	40	-
Conselho de Adm.	-	8	8	-	-	7	7	-
Conselho Fiscal	-	8	8	-	-	7	7	-
Comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>-</b>

Em comparação ao exercício anterior, não ocorreu participação feminina no quadro de gestores, portanto não ocorre variação para esta situação. O custo total com Administradores é apresentado na nota explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis findos do exercício de 2025, e as remunerações são definidas na Assembleia Geral da Companhia.

A Companhia cumpre as disposições de equidade da Lei nº 15.177/25, comprometendo-se a proteger direitos trabalhistas, valorizar a diversidade e promover inclusão. Todas as relações da Companhia devem refletir práticas de equidade e ações afirmativas que ampliem oportunidades e reduzam desigualdades históricas.

A CEB Lajeado S/A., veda qualquer diferença salarial por gênero, etnia, idade, orientação sexual ou outros critérios não relacionados à capacidade técnica ou ao desempenho. As informações exigidas pela Lei nº 15.177/25 serão divulgadas na Proposta da Administração disponibilizada aos acionistas na convocação da Assembleia Geral Ordinária, conforme o artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76.

**Gestão Administrativa**

A Diretoria da CEB Lajeado S/A., tem direcionado seus esforços para promover a eficiência operacional e valorizar seus recursos humanos, reconhecendo-os como peça fundamental para o sucesso da Companhia. Por meio de uma gestão transparente, apoiada em práticas que estimulam liderança, engajamento, motivação e criatividade, cada colaborador atua de forma integrada, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos processos organizacionais. Em um ambiente de trabalho saudável, colaborativo e harmonioso, as competências e habilidades profissionais são plenamente potencializadas, permitindo que a equipe contribua de maneira consistente para a consecução dos objetivos estratégicos e das diretrizes estabelecidas pela Companhia.

**Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2025, destacam-se:**

• Acompanhamento sistemático do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), com a adoção de estratégias voltadas à mitigação de riscos e à redução da exposição da Companhia, incluindo a aquisição de energia por meio de operações de hedge, de forma a minimizar a exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP/CCEE) e subsidiar a tomada de decisões estratégicas.

• Manutenção do controle e da gestão dos contratos administrativos de interesse da Companhia, assegurando a estrita observância à Lei nº 13.303/2016, bem como às normas internas e aos princípios de governança corporativa.

• Aprimoramento contínuo dos controles internos, com investimentos em atualização de sistemas, capacitação e treinamento dos colaboradores, além da revisão de processos e da implementação de novos mecanismos de mitigação de riscos.

• Monitoramento mensal do Plano de Negócios, acompanhado do respectivo Plano de Ações, no qual foram definidas e acompanhadas as estratégias que foram adotadas durante o ano.

• Cumprimento integral das disposições da Lei nº 9.991/2000, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), concluído em maio/2025, do projeto intitulado “Desenvolvimento de um Framework para Cidades Inteligentes e Iluminação Pública, utilizando a tecnologia 5G”, formalizado por meio de Termo de Cooperação celebrado entre a Universidade Federal de Juiz de Fora, a CEB Lajeado e a IDEASOFT.

• Implementação de ações voltadas à eficiência operacional e à expansão da lucratividade da Companhia, com vistas ao cumprimento das metas estratégicas e à viabilização da distribuição integral de resultados aos acionistas CEB Holding e Eletrobras/AXIA, por meio de dividendos, Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) e Partes Beneficiárias.

• Cumprimento integral dos compromissos assumidos perante os acionistas, detentores de ações ordinárias e preferenciais, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), em estrita observância ao Estatuto Social da Companhia e ao disposto no artigo 205 da Lei nº 6.404/1976.

**Função Social de Realização do Interesse Coletivo**

As empresas estatais possuem uma responsabilidade que ultrapassa suas atribuições econômicas e operacionais. Atuam como importantes agentes de transformação social, promovendo atividades que beneficiam diretamente a população, seja no campo cultural, esportivo, educacional ou na inclusão social.

Essa missão vem expressamente mencionada no artigo 27 da Lei nº 13.303/2016 (Leis das Estatais), estabelecendo que as empresas estatais devem direcionar seus esforços e recursos para o interesse coletivo, garantindo que suas ações gerem impactos positivos e duradouros para a sociedade.

Dentro desse panorama, a CEB Lajeado, escorada na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), que permite que pessoas físicas e/ou jurídicas despendam uma porção de seus impostos para fomentar atividades de caráter desportivo, destinou parte dos recursos do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), durante o ano de 2025, foi realizada a doação a entidade Brasília Vôlei Esporte Clube Projeto, associação sem fins lucrativos fundada com histórico de inúmeros trabalhos sociais no Distrito Federal.

**As doações foram feitas a 02 (dois) projetos esportivos:**

a) Projeto destinado a 160 (cento e sessenta) crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com idades entre 10 (dez) e 17 (dezessete) anos, devidamente matriculados na rede pública de ensino. A iniciativa tem como objetivo promover, por meio da prática esportiva, a melhoria da qualidade de vida, o estímulo à saúde física e mental, bem como o fortalecimento da socialização e do exercício da cidadania.

b) Projeto destinado a incentivar o desenvolvimento de atividades paradesportivas no Distrito Federal, na modalidade Vôlei Sentado, com o objetivo de manter e aprimorar o nível técnico da equipe, possibilitando sua adequada representação do Distrito Federal em competições regionais e nacionais. A iniciativa busca despertar o interesse da comunidade e promover o incentivo à prática esportiva entre pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que fortalece valores como resiliência, cooperação e autoconfiança, gerando impactos positivos na vida dos participantes e de suas famílias.

**Perspectivas e Planos Futuros**

• A CEB Lajeado S.A., prossegue com a execução das ações estratégicas definidas em seu Plano de Negócios para o período de 2026 a 2030, orientada à maximização dos resultados empresariais e à mitigação de riscos e impactos adversos, de modo a assegurar a sustentabilidade, a perenidade das operações e a geração de valor no longo prazo.

• Realização de acompanhamento mensal sistemático entre os resultados projetados e os efetivamente realizados, com foco na identificação de possíveis distorções, no aprimoramento do controle gerencial e no suporte à tomada de decisões estratégicas mais assertivas.

• Além das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP), buscar alternativas por meio de estratégias comerciais no Ambiente de Contratação Livre, utilizando o bloco de energia descontratada, com vistas à comercialização de eventuais excedentes ou à realização de compras estratégicas, de modo a reduzir a exposição financeira da Companhia ao mercado de energia.

• Acompanhar todos os trâmites administrativos de prorrogação de extensão de outorga para a UHE Luiz Eduardo Magalhães, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2932/2021 de 14 de setembro de 2021, que defere ampliação de prazo na concessão até 22 de setembro de 2025;

• Acompanhamento dos litígios judiciais com impactos financeiros relevantes junto à Companhia, notadamente ações que visam obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado para venda de energia; ações que visam neutralizar os impactos do risco hidrológico e ações tributárias cujo juízo encontram-se garantido;

• Em razão das alterações na legislação fiscal brasileira decorrentes da implementação da Reforma Tributária atualmente em fase de testes, conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023 e as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, a Companhia tem como objetivo desenvolver e fortalecer as competências internas necessárias para apoiar a adequada adaptação ao novo arcabouço tributário. Nesse sentido, serão promovidos cursos, seminários e workshops voltados à capacitação dos colaboradores diretamente envolvidos com o tema, assegurando preparo técnico e operacional para a plena implementação da nova legislação, cuja entrada em vigor está prevista para 2027.

• Aperfeiçoar a gestão, promovendo a consolidação de uma cultura organizacional orientada ao desenvolvimento humano, para refletir práticas de equidade e ações afirmativas que ampliem oportunidades e reduzam desigualdades históricas, com observância à Lei nº 15.177/2025 e ao engajamento e à valorização das pessoas.

• Manter a busca contínua pela eficiência, controle, qualidade e transparência nos processos e nas decisões de governança, em alinhamento às melhores práticas de gestão.

• Assegurar a geração sustentável de resultados financeiros positivos, viabilizando a distribuição de dividendos consistentes aos acionistas da Companhia.

• Reafirmar o compromisso da CEB Lajeado com as melhores práticas de governança corporativa e conformidade regulatória, em estrita observância à Lei nº 13.303/2016, mantendo como prioridades a gestão eficiente de riscos e o aprimoramento contínuo dos controles internos, de modo a garantir transparência, segurança e previsibilidade aos investidores e à sociedade

**Audidores Independentes**

A Companhia declara que mantém contrato com a Tatcca Auditores Independentes S.S para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias, controles internos e auditoria de componentes. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo CEB, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa deste segmento, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

**Demonstrações Financeiras**

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

**Mensagem Final**

Temos a convicção de que 2025 foi um ano marcado por uma trajetória consistente de planejamento organizacional, com a execução bem-sucedida de ações estratégicas e o alcance das metas estabelecidas. Esses resultados refletem o empenho, a dedicação e os esforços contínuos para posicionar a Companhia em elevados padrões de compliance e eficiência, gerando retorno e valor aos acionistas que confiam em nossa gestão. Registramos também nosso sincero agradecimento aos clientes, consultores, auditores, fornecedores e instituições financeiras pela parceria, dedicação e confiança depositadas na CEB Lajeado ao longo dessa jornada. Nosso reconhecimento especial estende-se aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Comitê de Auditoria Estatutário e, sobretudo, aos nossos colaboradores, cuja dedicação, comprometimento e esforço foram determinantes para os avanços alcançados.

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

CONTINUAÇÃO

## Demonstrações Financeiras - Exercício - 2025 - CEB Lajeado S/A.

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	7	9	Fornecedores	13	16.710	6.083
Aplicações Financeiras	3	154.393	148.045	Obrigações tributárias	14	38.667	38.163
Concessionários e permissionários	4	22.026	21.422	Obrigações com acionistas	15	17.305	19.065
Cauções em garantia - CCEE	5	11.035	1.128	Pesquisa e desenvolvimento	16	3.689	4.534
Juros sobre capital próprio e Dividendos	6	8.252	7.063	Outros passivos circulantes	17	1.522	1.630
Repactuação do Risco Hidrológico	7	1.162	1.162			<b>77.893</b>	<b>69.475</b>
Outros créditos	8	108	2.058				
		<b>196.983</b>	<b>180.887</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>			
<b>Ativo Não Circulante</b>				Obrigações tributárias	14	10.349	13.406
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				Provisões para Litígios Fiscais		6.109	4.517
Títulos a receber - Investco S.A	9	1.649	1.642			<b>16.458</b>	<b>17.923</b>
Repactuação do Risco Hidrológico	7	2.417	3.337	<b>Patrimônio Líquido</b>	18		
Aplicação Financeira	10	5.771	4.131	Capital social		112.284	112.284
Outros créditos	8	2.793	2.793	Reserva de capital		151.225	151.225
		<b>12.630</b>	<b>11.903</b>	Reservas de lucros		127.192	123.928
				Outros resultados abrangentes		161	126
Investimentos	11	193.101	191.111			<b>390.862</b>	<b>387.563</b>
Imobilizado		179	224				
Intangível	12	82.320	90.836				
		<b>288.230</b>	<b>294.074</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>485.213</b>	<b>474.961</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>485.213</b>	<b>474.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - DRE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional líquida</b>	19	268.617	234.366
Custo com energia elétrica e operação	20	(108.742)	(75.508)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>159.875</b>	<b>158.858</b>
<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	21	(11.018)	(10.593)
Amortização do Ágio de Ações e Repactuação GSF	12	(8.516)	(8.516)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	13.687	11.595
Provisão para Litígios Fiscais		(38)	(58)
		<b>(5.885)</b>	<b>(7.572)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>153.990</b>	<b>151.286</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22		
Receitas financeiras		22.939	17.410
Despesas financeiras		(2.405)	(2.133)
		<b>20.534</b>	<b>15.277</b>
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>174.524</b>	<b>166.563</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(51.302)	(50.993)
Imposto de renda e contribuição social diferido		3.058	1.085
		<b>(48.244)</b>	<b>(49.908)</b>
		<b>126.280</b>	<b>116.655</b>
<b>Lucro antes das Partes Beneficiárias</b>			
Partes beneficiárias	15	(12.628)	(11.665)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>113.652</b>	<b>104.990</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		<b>0,8305</b>	<b>0,7672</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - DRA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>113.652</b>	<b>104.990</b>
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas		35	-
<b>Resultado Abrangente Total</b>		<b>113.687</b>	<b>104.990</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Dividendos Adicionais Propostos	Reserva de Lucros a Realizar			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	112.284	151.225	22.457	85.552	28.423	126	-	400.067
<b>Operações com acionistas:</b>								
Dividendos pagos no exercício - Conforme 24º AGO.	-	-	-	(87.921)	-	-	-	(87.921)
Juros sobre capital próprio creditados no exercício	-	-	-	-	-	-	(22.173)	(22.173)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(7.400)	(7.400)
Dividendos Adicionais proposto no exercício	-	-	-	75.417	-	-	(75.417)	-
Transferência de saldos de RLR para dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.369	(2.369)	-	-	-
<b>Resultado Abrangente Total:</b>								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	104.990	104.990
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	112.284	151.225	22.457	75.417	26.054	126	-	387.563
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	112.284	151.225	22.457	75.417	26.054	126	-	387.563
<b>Operações com acionistas:</b>								
Dividendos pagos no exercício - Conforme 25º AGO.	-	-	-	(77.786)	-	-	-	(77.786)
Juros sobre capital próprio creditados no exercício	-	-	-	-	-	-	(27.925)	(27.925)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(4.677)	(4.677)
Dividendos adicionais Propostos no exercício	-	-	-	81.050	-	-	(81.050)	-
Transferência de saldos de RLR para dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.369	(2.369)	-	-	-
<b>Resultado Abrangente Total:</b>								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	113.652	113.652
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>								
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	35	-	35
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	112.284	151.225	22.457	81.050	23.685	161	-	390.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto - DFC - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Entradas:</b>		
Recebimento pela venda de energia elétrica	272.475	250.652
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	20.912	16.333
Recebimento de Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	9.259	14.217
Liberação de garantia - CCEE	13.016	6.367
Outras	22	5
	<b>315.685</b>	<b>287.574</b>
<b>Saídas:</b>		
Pagamento de arrendamento	(32.257)	(33.573)
Energia elétrica comprada para revenda	(16.482)	(9.762)
Custo uso do sistema de transmissão	(24.154)	(21.462)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos hídricos	(5.255)	(5.664)
Constituição de Garantia - CCEE	(21.933)	(6.248)
Fornecedores de materiais e serviços	(2.234)	(2.346)
Salários, remuneração e encargos	(7.038)	(6.126)
Doações, contribuições e subvenções	(962)	(542)
Pagamento de despesas financeiras	(201)	(87)
Depósitos judiciais/Custas processuais	(1)	(34)
Pagamento de impostos	(73.027)	(76.222)
Encargos setoriais	(3.084)	(2.922)
Outros	(486)	(301)
	<b>(187.113)</b>	<b>(165.290)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>128.572</b>	<b>122.283</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	(85.185)	(99.778)
Pagamento de JSCP / Dividendos Intercalares	(23.736)	(36.548)
Pagamento de Partes Beneficiárias	(11.665)	(13.137)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(120.586)</b>	<b>(149.463)</b>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.986</b>	<b>(27.180)</b>
Saldo de caixa no início do exercício	152.185	179.365
Saldo de caixa no final do exercício	160.171	152.185
<b>Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>7.986</b>	<b>(27.180)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>1 - Receitas</b>	306.396	269.097
<b>Venda de energia elétrica</b>	<b>306.396</b>	<b>269.097</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Serviços de Terceiros	(2.153)	(3.078)
Operações com energia elétrica (CCEE)	(60.977)	(27.294)
Custo de Uso da rede de Transmissão	(24.565)	(21.545)
Compensação financeira pelos recursos hídricos	(5.068)	(5.977)
Baixa ativo imobilizado	-	-
Provisão para Litígios Fiscais	(38)	(58)
Baixa Provisão para Litígios Fiscais	-	-
Incentivos Fiscais	(844)	(430)
Custos de Operação	(1.317)	(1.315)
Outras Despesas	(459)	(173)
	<b>(95.422)</b>	<b>(59.872)</b>
<b>3 - Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<b>210.974</b>	<b>209.225</b>
<b>4 - Retenções</b>		
Depreciação	(45)	(77)
Amortização	(8.516)	(8.516)
	<b>(8.561)</b>	<b>(8.593)</b>
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)</b>	<b>202.413</b>	<b>200.632</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Equivalência patrimonial	13.687	11.595
Receitas financeiras	22.939	17.410
	<b>36.626</b>	<b>29.005</b>
<b>7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<b>239.039</b>	<b>229.637</b>
Pessoal e encargos	7.452	6.782
Impostos, taxas e contribuições	70.705	71.153
Arrendamento, aluguéis e juros	34.602	35.047
Remuneração de capitais próprios	45.230	41.238
Retenção de lucros	81.050	75.417
<b>8 - Valor adicionado total distribuído</b>	<b>239.039</b>	<b>229.637</b>
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

## 1 - Contexto operacional

## 1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. ("CEB Lajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Atualmente sua sede social encontra-se localizada na cidade de Brasília/DF, no endereço SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar Edifício ION - Asa Norte, Brasília/DF. A CEB Lajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento da Hidrelétrica de Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, participando da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

## 1.2 - Participação societária

A CEB Lajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no Estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia.

## 1.3 - Concessão

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo inicialmente estabelecido de duração do contrato de concessão foi de 35 (trinta e cinco) anos contados de sua publicação no Diário Oficial, ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, sendo que, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.632 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE.

No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luís Eduardo Magalhães no Mercado Livre, já que o Contrato Bilateral firmado com Neoenergia Distribuição S/A., se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 479,90 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição.

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco.

O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A., firmado em 27 de novembro de 2001 e com vigência até 15 de dezembro de 2032, com um volume contratado de energia de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MME médios.

A garantia física da CEB Lajeado é de 95,02 MW médios desde o ano de 2023 conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicada em 10 de novembro de 2022, como resultado da revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães. A garantia física é revisada periodicamente pela ANEEL.

No 4º trimestre de 2025, a UHE Luís Eduardo Magalhães – CEB Lajeado registrou um desempenho inferior ao observado no mesmo período de 2024, com retração relevante nos volumes de energia gerada e contabilizada. A geração bruta do 4º trimestre de 2025 totalizou 137.843,965 MWh, frente a 208.628,875 MWh no 4º trimestre de 2024, enquanto a geração contabilizada alcançou 133.969,678 MWh, contra 202.797,031 MWh no período de referência.

A comparação entre os trimestres evidencia uma redução expressiva da capacidade de produção ao longo de 2025, refletindo um contexto hidrológico menos favorável, que restringiu o aproveitamento energético da usina durante o

período. A menor afluência contribuiu para níveis operativos mais conservadores, impactando diretamente o desempenho da geração.

Além dos condicionantes hidrológicos, o resultado do trimestre foi influenciado por diretrizes operativas do sistema elétrico, que limitaram a plena utilização do potencial gerador da usina. Esse conjunto de fatores resultou em um patamar de geração significativamente inferior ao observado no ano anterior.

O comportamento observado no 4º trimestre reforça a necessidade de planejamento operativo compatível com cenários hidrológicos adversos e destaca a importância da coordenação entre os agentes geradores e o operador do sistema, de modo a mitigar impactos sobre a produção e a previsibilidade dos resultados. Abaixo, segue tabela com média de geração média bruta e a geração média contabilizada para o ano de 2025, comparado ao mesmo período de 2024.

UHE Luís Eduardo Magalhães - CEB Lajeado Geração em 2025					
Horas / Trimestre 2025	Ano: 2025	Geração		Geração Média	
		Bruta (MWh)	Média Bruta (MWh)	Contabilizada (MWh)	Contabilizada (MWh)
2160	1º Tri	227.081,254	105,130	219.545,339	101,641
2184	2º Tri	175.418,454	80,320	169.664,219	77,685
2208	3º Tri	115.735,402	52,416	112.500,756	50,951
2208	4º Tri	137.843,965	62,429	133.969,678	60,675

UHE Luís Eduardo Magalhães - CEB Lajeado Geração em 2024					
Horas / Trimestre 2024	Ano: 2024	Geração		Geração Média	
		Bruta (MWh)	Média Bruta (MWh)	Contabilizada (MWh)	Contabilizada (MWh)
2184	1º Tri	337.401,245	154,488	327.748,466	150,068
2184	2º Tri	210.715,316	96,481	204.621,819	93,691
2208	3º Tri	148.481,585	67,247	144.403,770	65,400
2208	4º Tri	208.628,875	94,488	202.797,031	91,846

Fonte: COG da Investco e Deptº.Comercialização CEB Lajeado.

## 1.4 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&amp;D

A Companhia aplica e investe anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos referidos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 2 - Apresentação das Demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

## 2.1 - Base de preparação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Administração elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, na Nota explicativa nº 30 está apresentada a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais.

A Administração elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das Demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos acionistas da Companhia. A CEB Lajeado avaliou os eventos subsequentes até 17 de março de 2026 e concluiu que não ocorreram eventos que pudessem modificar as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

## 2.2 - Práticas Contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 2.3 - Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

## 2.4 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das Demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

## 2.5 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e no exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia na relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas a seguir:

## (i) Redução do valor recuperável de ativos

**Ativo financeiro:** São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para os saldos com Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Especificamente para o saldo de Concessionárias e Permissionárias a receber, cabe mencionar que a Companhia não possui histórico de perdas perante o contrato de venda de energia com o seu principal cliente "Neoenergia S/A", porém com a finalidade de atender o que estabelece as normas do IFRS 9 – CPC 48 que trata de ativos e passivos financeiros, a CEB Lajeado assim definiu o seu critério para possíveis perdas, conforme a seguir:

Nível do Risco	Atraso (dias)	Probabilidade de Perda (%)
Risco Baixo	Atraso entre 01 e 30	10,00%
Risco Médio	Atraso entre 31 e 60	50,00%
Risco Alto	Atraso entre 61 e 360	100,00%

• De acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia com a Neoenergia – DF, fica caracterizada a mora da Compradora quando deixar de pagar qualquer das faturas na data de seu vencimento, podendo ser executada judicialmente sem prejuízo da garantia contratual.

• Mesmo com esta regra já pré-estabelecida, a Companhia se certificará do histórico de inadimplência na conta de clientes, antes de constituir o registro de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo o principal cliente da CEB Lajeado, a Neoenergia Distribuição S/A., responsável por mais de 95% da Receita da Companhia, as demais receitas em aproximadamente 5%, são oriundas das operações com o Mercado de Energia de Curto Prazo – MCP.

**Ativo não financeiro:** O saldo de investimentos, imobilizado e intangível e outros ativos são revisados anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para identificar se existem evidências de saldos não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Especificamente para a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, a Companhia efetuou a análise sobre o contrato de arrendamento da CEB Lajeado com a coligada Investco e concluiu que ele não está no alcance da referida norma contábil, levando em consideração, principalmente, o fato de que a Companhia: (i) não possui, substancialmente, todos os benefícios do ativo; e (ii) não direciona o uso do ativo.

## (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, são utilizadas outras técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## (iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia não possui causas cíveis, trabalhistas, e regulatórias de valor relevante, possuindo somente contingências tributárias de menor relevância, conforme apresentado na Nota Explicativa 14 "c". A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração e leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

## (iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes passam a gerar benefícios. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

## (v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte das Demonstrações financeiras os montantes, estimados pela sua área técnica, das liquidações ativas e passivas esperadas, baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados do Mercado de Curto Prazo podem diferir dos valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2025, todavia, a estimativa preparada pela Entidade historicamente tem sido próxima aos valores de realização.

## 2.6 - Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. As aplicações financeiras são excedentes de caixa não utilizados no capital de giro operacional da Companhia e que são apresentados separadamente no Balanço patrimonial, para fins de melhor apresentação dos saldos.

Adicionalmente, as Aplicações financeiras apresentadas em Ativo realizável a longo prazo foram segregadas como parte da expectativa da Administração de utilização do recurso aplicado. Essas aplicações financeiras, tanto aquelas apresentadas no Ativo circulante como no não circulante, estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base

de preparação das Demonstrações financeiras e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.7 - Ativos financeiros

A Companhia poderá classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias, de acordo com as normas contábeis: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito a seguir. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação na qual a CEB Lajeado se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

## (i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber.

## (ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

## (iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (circulante e não circulante) e títulos a receber da Investco. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

## (iv) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

## 2.8 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo Amortizado ou Valor justo, por meio do resultado, de acordo com as normas contábeis brasileiras. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos. A Companhia tem como principais passivos financeiros as obrigações com fornecedores, obrigações tributárias, obrigações com acionistas e pesquisa e desenvolvimento.

## 2.9 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## 2.10 - Concessionárias e permissionárias

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia proveniente do contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

## 2.11 - Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Para a CEB Lajeado, a coligada Investco se enquadra nesta categoria.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e, a partir deste momento, são ajustados para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida. As receitas ou as despesas do investidor incluem sua participação nos lucros ou prejuízos da investida, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida.

## 2.12 - Intangível

Decorre do i) valor do ágio apurado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006 e ii) pela extensão da concessão resultante da repactuação do risco hidrológico, conforme a Lei nº 14.052/2020, sendo que estes valores estão deduzidos da amortização acumulada até 31 de dezembro de 2025.

## 2.13 - Redução do valor recuperável de ativos mantidos em investimentos e intangível

O saldo de investimentos e intangível são revisados anualmente para identificar se há algum indicador de desvalorização dos ativos e elas possam não ser recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias demonstrarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

CONTINUAÇÃO

há perda nestes ativos. Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, a Administração concluiu que o valor recuperável destes ativos é superior ao seu valor contábil em 31 de dezembro de 2025, sendo assim, nenhuma provisão é requerida.

**2.14 - Fornecedores**

O valor do saldo de fornecedores é composto basicamente pelo arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada, do custo de transmissão, além da energia comprada no mercado. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras.

**2.15 - Obrigações tributárias**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na Demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no passivo.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando ocorrer um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar.

Para o próximo exercício a Companhia avalia as possíveis mudanças de critérios na recuperação de créditos fiscais com a Reforma Tributária em vigência, com a transição da cobrança de teste (IBS/CBS) dos impostos com uma alíquota única aplicada como teste, incluindo o IVA Federal (CBS) de 0,9% e o IVA Estadual/Municipal (IBS) de 0,1%, sem a extinção imediata dos impostos atuais. A extinção plena do Pis e da Cofins ocorrerá tão somente em 2027.

**2.16 - Dividendos e juros sobre capital próprio**

A Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do seu lucro líquido ajustado, conforme determina o seu Estatuto Social. De acordo com a legislação societária, o dividendo mínimo obrigatório deve ser reconhecido como um passivo. Já o dividendo declarado e ainda não aprovado é reconhecido como passivo nas Demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão de Governança competente. Desta forma, os dividendos adicionais ainda não aprovados são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das Demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio são originalmente registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas.

Entretanto, para fins de preparação destas Demonstrações Financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

**2.17 - Demais ativos e passivos**

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**2.18 - Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

**(i) Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

**(ii) Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

**2.19 - Reserva legal**

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado.

**2.20 - Reserva de capital**

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. São títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

**2.21 - Reconhecimento da receita**

A receita operacional é reconhecida quando a entidade satisfaz a sua obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado Neoenenergia Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

**2.22 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas**

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicia em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras, como mencionado no item 2.1 destas demonstrações contábeis para os fins de 2025.

As novas normas foram as seguintes:

- **Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As mudanças esclarecem que a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes depende dos direitos existentes no final do período de relatório e não das expectativas sobre o adiamento da liquidação.

- **Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com Covenants:** As alterações detalham que apenas covenants cumpridos até o final do período de relatório afetam a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

- **Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback":** Foram introduzidas novas exigências para a mensuração subsequente de transações de "sale and leaseback", com foco na manutenção do reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento. Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no futuro. As normas públicas pelo IASB e ainda não adotadas no Brasil são as seguintes:

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1, trazendo novas exigências de apresentação de categorias e subtotais na demonstração de resultados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração. A norma entra em vigor em 2027.

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** **Divulgações:** Permite que subsidiárias elegíveis façam divulgações reduzidas, desde que não tenham responsabilidade pública e que a controladora prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS. A norma será aplicada a partir de 2027.

**2.23 - Resolução Normativa ANEEL nº 1.115/2025**

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000.

Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a faixa variável anteriormente vigente. Para a Companhia, o P&D passará de 0,28% para 0,40%.

**2.24 - Reajuste Contrato de Energia – Neoenenergia S/A.**

O contrato de venda de energia da CEB Lajeado com a Neoenenergia S/A., é corrigido anualmente pelo IGP-M considerando a variação do período a setembro do ano corrente, ademais este índice de inflação apresentou uma variação positiva de 2,82%, sendo que a receita mensal de venda CEB Lajeado, atualmente em R\$21.422 mil, foi reajustada para R\$22.026 mil, representando um acréscimo de R\$604 mil por mês, equivalente a R\$7.248 mil no período de 12 meses.

**2.25 - Reajuste Contrato de Arrendamento – Investco S/A.**

Em dezembro de 2025 foi divulgado pela Investco o valor reajustado do contrato de arrendamento a ser pago pelas arrendatárias no próximo exercício. O montante que foi desembolsado mensalmente em 2025 foi de R\$2.683 mil, corrigido para R\$3.098 mil à partir de janeiro/2026, o acréscimo se deve ao impacto pela correção do IPCA projetado em 4,43%, acrescidas da diferença inferior apontada no coeficiente de ajuste calculada em 2025 no total de R\$13.408 mil. O montante final a ser pago no ano de 2026 pela CEB Lajeado será de R\$37.176 mil, em 2025 o montante foi de R\$32.197 mil.

**2.26 - Aprovação das Demonstrações financeiras**

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi aprovada pela Administração em 19 de março de 2026. (stand by)

**3 - Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa rotativo	3	5
Banco Itaú	4	4
Banco de Brasília – BRB – Aplicação Financeira (a)	150.758	148.045
Banco Itaú – Aplicação Financeira (b)	3.635	-
<b>Total</b>	<b>154.400</b>	<b>148.054</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
<b>Aplicações financeiras (a)</b>	<b>154.393</b>	<b>148.045</b>

a) Banco de Brasília: A aplicação financeira no Banco Regional de Brasília - BRB corresponde a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo e atrelada à remuneração entre 100% a 108% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. De acordo com a legislação do Distrito Federal, a Companhia está obrigada a manter as suas aplicações financeiras somente no BRB, de acordo com o art. 2º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011, ressalvados os casos previstos em Lei.

b) Banco Itaú: A Companhia possui recursos aplicados no Banco Itaú, tendo a finalidade de custear os pagamentos relativos ao custo pela utilização da rede com linhas de transmissão, sem resgate pode ser realizado a qualquer momento e sua remuneração corresponde à 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Ademais, informamos que para a composição final do caixa

deverá ser considerado o montante constante no ativo de longo prazo, vide nota explicativa nº 10, que possui saldo de R\$5.771 mil, que somados ao saldo de R\$154.400 mil, quadro acima, contabiliza R\$160.171 mil, conforme é apresentado no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto.

**4 - Concessionários e permissionários**

	31/12/2025	31/12/2024
Neoenenergia Distribuição S.A (a)	22.026	21.422
Câmara de comercialização de energia elétrica (b)	30	50
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD (b)	(30)	(50)
<b>Total a Receber</b>	<b>22.026</b>	<b>21.422</b>

a) Neoenenergia Distribuição S/A: O montante de R\$22.026 mil refere-se ao faturamento do mês de dezembro de 2025, que será recebido nos dias 3, 13 e 23 do mês subsequente ao da venda de energia.

**6 - Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber**

	31/12/2024	Adições	Recebimentos	31/12/2025
Juros sobre Capital Próprio Ações ON - 2024 (a)	6.933	-	(6.933)	-
Juros sobre Capital Próprio Ações PN - 2024 (a)	130	-	(130)	-
Dividendos Adicionais Propostos - Ações ON - 2024 (b)	-	2.170	(2.170)	-
Dividendos Adicionais Propostos - Ações PN - 2024 (b)	-	26	(26)	-
Juros sobre Capital Próprio Ações ON - 2025 (c)	-	8.127	-	8.127
Juros sobre Capital Próprio Ações PN - 2025 (c)	-	125	-	125
<b>Totais</b>	<b>7.063</b>	<b>10.448</b>	<b>(9.259)</b>	<b>8.252</b>

a) **Juros sobre Capital Próprio - 2024:** No mês de dezembro de 2024 a Investco S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$7.063 mil para a CEB Lajeado, líquido do Imposto de Renda retido na fonte na alíquota de 15%, sendo que, deste montante R\$6.933 mil são referentes às ações ordinárias e R\$130 mil de ações preferenciais classes "A e B". Estes foram integralmente pagos no mês de Maio/2025.

b) **Dividendos Adicionais Propostos - 2024:** O valor de dividendos adicionais propostos foi informado na reunião do Conselho de Administração da Investco, realizada no mês de março/2025, no qual aprovou as suas Demonstrações Financeiras do ano de 2024, cabendo à CEB Lajeado o montante de R\$2.196 mil, sendo R\$2.170 mil referentes as ações ordinárias e R\$26 mil referentes as ações preferenciais classe "A". Estes foram integralmente pagos no mês de Maio/2025.

c) Ademais, em dezembro de 2025 a coligada informou a distribuição de juros sobre o capital próprio relativo à apuração do exercício no montante de R\$9.708 mil, sendo descontado R\$1.456 mil de IRRF, desde montante, R\$8.127 mil são referentes às ações Ordinárias e Classe "R", e R\$125 mil pertencem as ações de classe "A e B", totalizando um montante líquido a receber de R\$8.252 mil.

**7 - Repactuação do Risco Hidrológico**

O saldo total R\$3.579 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.499 mil - 31/12/2024), sendo R\$1.162 mil no Ativo circulante e R\$2.417 mil no Ativo não circulante, decorre do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que regulamentou a Lei 13.203 de 08 de dezembro de 2015, para compensação do prêmio de seguro pago pelos agentes de mercado em função da Repactuação do Risco Hidrológico.

O saldo histórico foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e a CEB Lajeado deixará de pagar o encargo do seguro até 1º de abril de 2029, sendo

Depósitos Judiciais - Ativo Não Circulante					
Tipo de Processo	Depósito Judicial	Montante depositado			Totalização
		Possível	Provável	Remoto	
Tributárias	Sim	2.097	311	385	2.793
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>Sim</b>	<b>2.097</b>	<b>311</b>	<b>385</b>	<b>2.793</b>

Cabendo ressaltar que os 19 (dezenove) processos tributários são classificados da seguinte forma:

14 (quatorze) possíveis, 01 (uma) provável e 04 (quatro) remotos. Ademais ainda constam 01 (uma) reclamação trabalhista e 03 (três) ações cíveis/regulatórias em trâmite que são classificadas como possíveis de perda, totalizando 23 (vinte e três) processos. Não há previsão quanto ao trânsito em julgado.

**Classificação dos Processos:**

Classificação dos Processos Judiciais					
Classificação dos Processos	Depósito Judicial	Quantidade de Processos			Totalização
		Possível	Provável	Remoto	
Trabalhistas	Não	01	-	-	01
Cíveis	Não	03	-	-	03
Tributárias	Sim	14	01	04	19
Outros	Não	-	-	-	-
<b>Total do nº de Processos</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>23</b>

**9 - Títulos a receber – Investco S.A.**

O saldo de R\$1.649 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.642 mil - 31/12/2024) corresponde ao direito de recebimento do dividendo anual fixo, cumulativo, apurado à base de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente na data do Balanço Patrimonial, conforme regulamentado pelo artigo 8º do Estatuto Social daquela investida.

Pelo fato de constituir um ativo estatutário da CEB Lajeado, oriundo de sua participação na Investco, essas ações, inconversíveis em ordinárias e sem direito a voto nas Assembleias Gerais, foram classificadas como um instrumento financeiro recebível conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG 39 (R5).

A estimativa de valor justo desse ativo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos anuais que, conforme a extensão da concessão, foi prorrogada até agosto/2035, baseado na Lei nº 14.182/21 e nas Resoluções Homologatórias nº 2.919/21 e nº 2.932/21. O montante total foi reconhecido através do valor presente a uma taxa de desconto de 8,70% a.a., conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a receber – Investco	2.460	2.460
(-) Ajuste a valor presente	(1.362)	(1.449)
<b>Total (a)</b>	<b>1.098</b>	<b>1.011</b>
Juros Ações Classes A e B - Preferencias Investco	779	901
(-) Ajuste a valor presente	(228)	(270)
<b>Total (b)</b>	<b>551</b>	<b>631</b>
<b>Total (a+b)</b>	<b>1.649</b>	<b>1.642</b>

b) **Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD:** O montante de R\$30 mil refere-se a créditos a receber na CCEE, que não foram liquidados até 31/12/2025, conservadoramente a Companhia vem mantendo contabilmente a provisão para perda estimadas.

**5 - Caução em garantia CCEE**

a) O saldo de R\$11.035 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.128 mil em 31/12/2024) representa a garantia financeira depositada pela Companhia em conta bancária específica determinada pela CCEE para realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. Esse montante permanece aplicado, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 100%, até que a Companhia liquide a compra de energia no referido Mercado.

	31/12/2025	31/12/2024
Caução em Garantia – Bradesco/CCEE	11.035	1.128
<b>Total</b>	<b>11.035</b>	<b>1.128</b>

que o crédito apurado está sendo amortizado no resultado. A movimentação do saldo para o exercício de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Repactuação do R. Hidrológico	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Saldo Corrigido
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.162</b>	<b>3.337</b>	<b>4.499</b>
(+/-) Transferência do ANC para o AC	920	(920)	-
(-) Amortização	(1.200)	-	(1.200)
(+) Ajuste a Valor Presente	280	-	280
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>1.162</b>	<b>2.417</b>	<b>3.579</b>

**8 - Outros créditos**

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço em curso - P&D (a)	-	2.035
Créditos com empregados	99	14
Tributos compensáveis	9	9
Depósitos judiciais (b)	2.793	2.793
<b>Total</b>	<b>2.901</b>	<b>4.851</b>
Circulante	108	2.058
Não Circulante	2.793	2.793

a) **Serviços em curso – P&D:** O montante de R\$2.035 no ativo circulante em dezembro/2024, finalizado em julho/2025, trata-se da baixa pela conclusão do projeto "Smart/CEB - Soluções Inteligentes com Tecnologia 5G", o custo total do projeto foi de R\$2.035 mil.

b) **Depósitos Judiciais:** O saldo de R\$2.793 mil é composto por 19 (dezenove) processos judiciais tributários em ações movidas contra a Fazenda Nacional que tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). A Companhia pleiteia o reconhecimento judicial dos créditos tributários informados no Pedido Eletrônico de Restituição e Ressarcimento (Per/Dcomp). A seguir são detalhados o montante depositado e a classificação dos processos.

Montante depositado por processo:

Depósitos Judiciais - Ativo Não Circulante					
Tipo de Processo	Depósito Judicial	Montante depositado			Totalização
		Possível	Provável	Remoto	
Tributárias	Sim	2.097	311	385	2.793
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>Sim</b>	<b>2.097</b>	<b>311</b>	<b>385</b>	<b>2.793</b>

Cabendo ressaltar que os 19 (dezenove) processos tributários são classificados da seguinte forma:

14 (quatorze) possíveis, 01 (uma) provável e 04 (quatro) remotos. Ademais ainda constam 01 (uma) reclamação trabalhista e 03 (três) ações cíveis/regulatórias em trâmite que são classificadas como possíveis de perda, totalizando 23 (vinte e três) processos. Não há previsão quanto ao trânsito em julgado.

**Classificação dos Processos:**

Classificação dos Processos Judiciais					
Classificação dos Processos	Depósito Judicial	Quantidade de Processos			Totalização
		Possível	Provável	Remoto	
Trabalhistas	Não	01	-	-	01
Cíveis	Não	03	-	-	03
Tributárias	Sim	14	01	04	19
Outros	Não	-	-	-	-
<b>Total do nº de Processos</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>23</b>

**10 - Aplicação financeira – Ativo não circulante**

O montante de R\$5.771 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.131 mil - 31/12/2024) refere-se à aplicação financeira constituída pela Administração da Companhia em função de processo judicial que questiona a constitucionalidade do recolhimento de Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras, sendo que a Companhia obteve liminar favorável para o não recolhimento dos tributos enquanto não houver decisão final do processo, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 "c". A Administração optou pela não realização de depósito judicial e, visando se resguardar em caso de decisão desfavorável, passou a constituir essa reserva financeira que é contabilizada mensalmente pelo valor do tributo calculado, sendo provisionado e não recolhido.

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Financeira – Processo Judicial (Liminar)	5.771	4.131
<b>Total</b>	<b>5.771</b>	<b>4.131</b>

**11 - Investimentos – Participações societárias**

A CEB Lajeado possui participação de 20% nas ações ordinárias na empresa Investco S.A. (somado a participação nas ações preferenciais o total é de 16,98%) e, consequentemente, tem o direito a representação no colegiado de um Conselheiro de Administração, um Conselheiro Fiscal e um Diretor naquela Companhia, sendo, portanto, classificada como coligada pela influência que exerce sobre a investida.

**CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado**

apurado ao final de cada data-base. Além da participação nas ações ordinárias, a Companhia também participa na Investco com 20% das Ações preferenciais classe "R", 20% das ações preferenciais classe "B" e 6,02% das ações preferenciais classe "A". O Capital Social da Investco é de R\$804.459 mil, totalmente subscrito e dividido em 786.406.270 ações nominativas sem valor nominal. A segregação das ações por classe e a respectiva participação da CEB Lajeado podem ser assim demonstradas:

Classes de Ações	Quantidade de Ações Investco	% CEB Lajeado	Quantidade Ações CEB Lajeado
Ações ordinárias	402.202	20,00%	80.440
Ações preferenciais classe "R"	255.560	20,00%	51.112
Ações preferenciais classe "C"	107.199	0,00%	-
Ações preferenciais classe "B"	5.156	20,00%	1.031
Ações preferenciais classe "A"	16.289	6,02%	980
<b>Total</b>	<b>786.406</b>	<b>16,98%</b>	<b>133.563</b>

Cada ação ordinária detida pela CEB Lajeado lhe assegura o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais, conforme já mencionado anteriormente, são inconvertíveis em ações ordinárias e não terão direito a voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais gozam dos seguintes direitos:

- **Ações preferenciais classe "R"**: recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social;
- **Ações preferenciais classe "C"**: recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
- **Ações preferenciais classe "B"**: recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
- **Ações preferenciais classe "A"**: recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia; e
- **Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.**

Ressaltamos que as ações preferenciais de classes "A" e "B" detidas pelas CEB Lajeado são consideradas ativos financeiros e, consequentemente, não são reconhecidas como investimentos, sendo registradas no ativo na rubrica de "Títulos a receber - Investco S.A." (Nota explicativa 9). Os principais números de Investco relativos ao Balanço Patrimonial e Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir.

**a) Balanço Patrimonial - Investco**

	31/12/2025	31/12/2024
Total Ativo Circulante	350.172	306.092
Ativo não Circulante	993.480	948.611
Outros Créditos	5.665	5.318
Imobilizado	862.171	892.898
Intangível	125.644	50.395
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.343.652</b>	<b>1.254.703</b>
Passivo Circulante	91.768	82.475
Passivo não circulante	286.377	216.737
<b>Total do Passivo</b>	<b>378.145</b>	<b>299.212</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>965.507</b>	<b>955.491</b>
Capital Social	804.459	804.459
Reservas de Lucros	160.188	150.409
Outros Resultados Abrangentes	860	623
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.343.652</b>	<b>1.254.703</b>

A CEB Lajeado faz anualmente uma avaliação do valor do investimento com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment*, sendo que a Companhia não identificou indicadores que possam reduzir o valor recuperável de seu investimento na Investco, do ágio e do ativo financeiro relacionado à sua participação, este sendo tratado na nota explicativa nº 12, não sendo identificado qualquer alteração de sua avaliação realizada anteriormente.

**b) Demonstração de Resultados - DRE**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	157.719	160.130
(-) Custo de Operação	(78.245)	(71.781)
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>79.474</b>	<b>88.349</b>
(+/-) Despesas e receitas Operacionais	(10.999)	(9.435)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	8.973	(10.465)
<b>(=) Resultado antes dos tributos</b>	<b>77.448</b>	<b>68.449</b>
(+/-) IR e CS correntes e diferidos	(9.012)	(10.471)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>68.436</b>	<b>57.978</b>

O resultado registrado da Investco variou R\$10.458 mil, no exercício de 2025 o resultado foi de R\$68.436 mil, (R\$57.978 mil em 31/12/2024). Importante destacar que apesar da queda da receita de arrendamento, a Coligada obteve um resultado financeiro positivo, anteriormente em 2024 sendo negativo. Evidentemente este cenário corroborou com o aumento do lucro líquido, permitindo maior retorno do investimento para a CEB Lajeado através do resultado de equivalência patrimonial. Ademais, esta investida tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83%, ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que todos os valores utilizados no cálculo são projetados para o período de outubro do ano corrente a setembro do ano seguinte.

Anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustada a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. O quadro a seguir apresenta o valor anual do arrendamento nos últimos três anos:

Arrendamento	2023	2024	2025
Valor anual do Arrendamento	204.122	164.568	160.985
<b>CEB Lajeado (cota)</b>	<b>40.824</b>	<b>32.914</b>	<b>32.197</b>

A alteração anual no valor do arrendamento é determinada pela variação do IPCA, que desempenha um papel crucial na sua avaliação. Na abordagem adotada pela Investco, o valor do arrendamento considera a projeção do IPCA para o período subsequente e a diferença entre a projeção e o

valor real do IPCA é incorporada ou subtraída no cálculo do valor do arrendamento para o próximo período, chamado de Coeficiente de Ajuste - CA.

Para o ano de 2025, o valor anual do arrendamento foi de R\$32.197 mil, representando redução de R\$717 mil em comparação com o ano anterior, motivada pela redução entre a inflação projetada de 5,0% e a projeção efetivamente apurada pelo IPCA 4,84%, entre os períodos de 2023/2024, contudo favorecendo com a redução do Coeficiente de Ajuste, não sofrendo impactos financeiros de relevância, refletindo no cálculo do arrendamento final a ser pago em 2025. A movimentação do investimento da CEB Lajeado na Investco para o ano de 2024 e 2025 é detalhada abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	191.111
Equivalência patrimonial	13.687	
Dividendos Coligada de ações ordinárias	(2.170)	
Juros sobre capital próprio	(9.562)	
Resultados abrangentes	35	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>193.101</b>	

As demonstrações financeiras da Investco para os fins de 31 de dezembro de 2025, foram auditadas pela empresa de auditoria "PricewaterhouseCoopers", que emitiram a Opinião sem ressalva em 25 de fevereiro de 2026, não havendo qualquer fato que leve a acreditar que as demonstrações financeiras para o exercício de 2025 não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

**12 - Intangível**

O intangível da Companhia é composto pelo ágio das ações da Eletrobras e pelo valor justo da extensão da concessão como resultado da repactuação do risco hidrológico, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020. A movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

	Ágio das Ações da Eletrobras/AXIA (a)	Repactuação do Risco Hidrológico (b)	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>55.280</b>	<b>44.072</b>	<b>99.352</b>
(-) Amortização	(4.738)	(3.778)	(8.516)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>50.542</b>	<b>40.294</b>	<b>90.836</b>
(-) Amortização	(4.738)	(3.778)	(8.516)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>45.804</b>	<b>36.516</b>	<b>82.320</b>

**a) Ágio das Ações da Eletrobras/AXIA**

Refere-se ao ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, quando foram adquiridos da Eletrobrás 46.890.423 ações preferenciais classe "R" da Investco, representativas de 7,50% do capital total da investida. O valor negociado foi de R\$213.452 mil, pagos à Eletrobrás da seguinte forma:

- 54.835.800 ações preferenciais da própria CEB Lajeado, emitidas ao preço de R\$1,134788 por ação, totalizando R\$62.227 mil, representando 40,07% do capital social da Companhia; e
- 10.000 (dez mil) partes beneficiárias ao valor de R\$151.225 mil, registrado como reserva de capital na CEB Lajeado, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia e deverão ser convertíveis em ações preferenciais em 31 de outubro de 2032.

Dessa forma, do montante pago pelas ações de R\$213.452 mil, R\$54.506 mil representavam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida e, consequentemente, reconhecidos como investimento na CEB Lajeado. Classificados como intangível, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial resultou em um ágio de R\$158.946 mil que, a partir de janeiro de 2006, está sendo amortizado mensalmente, com prazo final em setembro de 2035, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ágio	158.946	158.946
Amortização acumulada	(113.142)	(108.404)
<b>Saldo líquido</b>	<b>45.804</b>	<b>50.542</b>

**b) Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 14.052/2020**

A CEB Lajeado obteve a extensão da Concessão em 980 dias, praticamente três anos, sendo que o término passou do dia 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035, como parte da compensação de valores aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE em face de riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da geração física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Considerando que a compensação aos geradores hidroelétricos de custos adicionais pagos no âmbito do MRE ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, um ativo intangível de R\$51.628 mil foi apurado e reconhecido em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de "Ganho com repactuação do risco Hidrológico".

Este ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final do prazo de concessão, sendo que a amortização reconhecida no resultado foi de R\$3.778 mil em 31 de dezembro de 2025 e o total amortizado acumuladamente desde o registro inicial é de R\$15.112 mil.

	31/12/2025	31/12/2024
Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 14.052/2020	51.628	51.628
Amortização acumulada	(15.112)	(11.334)
<b>Saldo líquido</b>	<b>36.516</b>	<b>40.294</b>

**13 - Fornecedores**

O saldo de obrigações com fornecedores está apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável.

	31/12/2025	31/12/2024
Energia comprada - CCEE (a)	11.481	583
Energia comprada no Mercado Livre (a)	298	255
Arrendamento - Investco S.A. (b)	2.683	2.743
Encargos de uso do sistema de transmissão (c)	2.233	1.860
Serviços de terceiros	15	642
<b>Total</b>	<b>16.710</b>	<b>6.083</b>

a) **Saldo a liquidar do MCP**: O valor de R\$11.481 mil refere-se à: i) apuração da CCEE sobre o déficit de energia no Mercado de Curto Prazo em dezembro de 2025 no montante de R\$5.894 mil do mês de novembro/25, acrescido da estimativa mensal do mês de dezembro/25 no valor de R\$5.587 mil; e ii) o valor de R\$298 mil, trata-se da energia adquirida no mercado livre: iii) a soma total é de R\$11.779 mil a serem pagos no mês de janeiro/2026.

b) **Arrendamento - Investco S.A.**: Refere-se à obrigação com arrendamento do mês de dezembro/2025 a pagar à Investco pela utilização do seu ativo imobilizado para geração de energia comercializada pela CEB Lajeado, conforme contextualizado na nota explicativa nº 11.

c) **Encargos de uso do sistema de transmissão**: Referem-se aos custos com serviços prestados com linhas transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Houve acréscimo do custo pela correção da variação do IPCA, além da entrada de novas linhas de transmissão no sistema durante o ano de 2025.

**15 - Obrigações com acionistas**

Referem-se ao pagamento do lucro de 2024 e obrigações com acionistas em 2025, nas modalidades de juros sobre capital próprio, dividendos complementares ao mínimo previsto (25% - conforme previsão estatutária), dividendos adicionais propostos e partes beneficiárias aos acionistas Classes (ON e PN), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	Adições	Pagamentos	31/12/2025
<b>Companhia Energética de Brasília - CEB</b>				
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024 (a)	4.138	-	(4.138)	-
Dividendos Adicionais Propostos - 2024 (b)	-	43.499	(43.499)	-
Juros sobre o capital próprio - 2025 (c)	-	13.274	(13.274)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 2025 (d)	-	2.615	-	2.616
<b>Subtotal</b>	<b>4.138</b>	<b>59.389</b>	<b>(60.911)</b>	<b>2.616</b>
<b>Eletrobrás/AXIA</b>				
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024 (a)	3.262	-	(3.262)	-
Dividendos Adicionais Propostos - 2024 (b)	-	34.286	(34.286)	-
Juros sobre o capital próprio - 2025 (c)	-	10.462	(10.462)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 2025 (d)	-	2.061	-	2.061
Partes Beneficiárias 2024 e 2025 (e)	11.665	12.628	(11.665)	12.628
<b>Subtotal</b>	<b>14.927</b>	<b>59.437</b>	<b>(59.675)</b>	<b>14.689</b>
<b>Total</b>	<b>19.065</b>	<b>118.826</b>	<b>(120.586)</b>	<b>17.305</b>

a) **Dividendos Mínimos Obrigatórios - 2024**: Apurado conforme artigo 42, item III do Estatuto Social da Companhia onde determina a distribuição mínima de 25% de dividendos mínimos obrigatórios. O valor do JSCP foi inferior ao montante do dividendo mínimo obrigatório, sendo assim, foi necessária a complementação para incluir uma provisão de R\$ 7.400 mil, sendo R\$4.138 mil ao acionista CEB Holding (ON) e R\$3.262 mil ao acionista (PN) Eletrobrás. O devido pagamento foi aprovado pela 25ª Assembleia Geral Ordinária, e pagos no 2º trimestre de 2025.

b) **Dividendos Adicionais Propostos - 2024**: Dividendos Adicionais Propostos: Ocorre no mês de abril/2025 a aprovação de distribuição de R\$77.785 mil, referentes aos dividendos adicionais propostos do exercício de 2024 por meio da 25ª Assembleia Geral Ordinária em 28/04/2025, cabendo ao acionista CEB Holding (ON) R\$ 43.499 mil e R\$34.286 mil ao acionista Eletrobrás (PN), tais dividendos foram integralmente pagos no 2º trimestre de 2025.

c) **Juros Sobre Capital Próprio - 2025**: Os juros sobre capital próprio - JSCP foram calculados conforme a legislação vigente, sendo deliberados e aprovados por meio da ata nº 239ª (Ducentésima trigésima nona) do Conselho de Administração em 17/12/2025 no montante de R\$23.736 mil, sendo de R\$13.274 mil para a CEB Holding e R\$10.462 mil para a Eletrobrás, já líquidos do imposto de renda retido na importância de R\$4.188 mil. Em dezembro de 2025 por meio da Resolução de Diretoria nº 034/2025, foi aprovada o pagamento dos respectivos juros sobre capital próprio.

d) **Dividendos Mínimos Obrigatórios - 2025**: Apurado conforme artigo 42, item III do Estatuto Social da Companhia onde determina a distribuição mínima de 25% de dividendos mínimos obrigatórios. O valor do JSCP foi inferior ao montante do dividendo mínimo obrigatório, sendo assim, é necessária a complementação para incluir uma provisão de R\$ 4.677 mil, sendo R\$2.616 mil ao acionista CEB Holding (ON) e R\$2.061 mil ao acionista (PN) Eletrobrás. O pagamento do dividendo mínimo obrigatório está condicionado à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da CEB Lajeado, prevista para o mês de abril/2026.

e) **Partes Beneficiárias 2024 e 2025**: As partes beneficiárias conferem a seu titular, a Eletrobrás, o direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76. Em 2024 a Companhia registrou uma provisão de R\$11.665 mil, que foi calculada tendo como base no lucro líquido do exercício após a apuração de tributos sobre o lucro, este resultado foi pago no 2º trimestre de 2025. Para o ano de 2025, o saldo provisionado é de R\$12.628 mil, que foi calculado tendo a base ajustada do exercício após a dedução de tributos sobre o lucro, conforme apresentado na Demonstração de Resultados.

**14 - Obrigações Tributárias e Provisão para Litígios Fiscais**

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL Corrente (a)	31.075	34.588
IRPJ e CSLL Estimativa Mensal	1.499	1.171
IRRF sobre juros sobre capital próprio acionistas	4.189	-
PIS a recolher	337	401
COFINS a recolher	1.556	1.850
IRPJ e CSLL Diferidos (b)	10.349	13.406
Litígios Fiscais (c)	6.109	4.517
Outros tributos a recolher	11	153
<b>Total</b>	<b>55.125</b>	<b>56.086</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.667</b>	<b>38.163</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>16.458</b>	<b>17.923</b>

**Circulante**  
a) **IRPJ e CSLL Correntes**: Refere-se aos valores com saldo a pagar sobre a apuração de lucros ao final do exercício, sendo considerado as antecipações realizadas mensalmente durante o ano (estimativas mensais, retenções sobre Juros sobre capital próprio e retenções sobre aplicações financeiras, que se encontravam registradas no ativo circulante antes da transferência de saldos).

b) **IRPJ e CSLL diferidos**: O montante de R\$10.349 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$13.406 - 31/12/2024) classificado no Passivo não circulante é referente substancialmente aos impostos diferidos reconhecidos pelo intangível contabilizado diante da extensão da concessão, além do efeito de ajuste do AVP, conforme Lei nº 13.203/2015 e da estimativa sobre as operações mercadológicas no qual a Companhia faz parte.

c) **Provisões para Litígios Fiscais**: O montante de R\$6.109 mil é composto por:  
i) R\$459 mil referente ao IRPJ devido no exercício de 2003 referente ao ano anterior, foi classificado como perda "Provável" pelos assessores jurídicos considerando as particularidades e divergências na composição do crédito tributário;

ii) R\$5.650 mil refere-se ao pedido de liminar concedido a Companhia para suspender a exigibilidade dos créditos tributários de PIS e de COFINS incidentes sobre as receitas financeiras. A Sentença foi proferida para conceder a segurança e declarar o direito da Impetrante de não ter suas receitas financeiras tributadas pelo PIS e pela COFINS. Conservadoramente, a Administração da Companhia está constituindo uma reserva financeira, caso haja o desfecho desfavorável deste processo, mencionado na nota explicativa nº 10. Este processo é classificado pelos assessores jurídicos com possível de perda.

**16 - Pesquisa e Desenvolvimento**

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS, da COFINS, da Taxa de Fiscalização da ANEEL e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, e Resolução Normativa nº 1.074/2023, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Do montante apurado, ocorre a seguinte destinação: i) 40% são recolhidos ao Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; ii) 20% ao Ministério de Minas e Energia - MME; iii) 12% são repassados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), nos termos da Lei 14.120 de 1º de março de 2021, sendo que este repasse irá permanecer até dezembro/2025 e iv) 28% são retidos pela Companhia para serem investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL conforme Resolução nº 754 de 13 de dezembro de 2016, sendo que os montantes retidos e não investidos são atualizados por SELIC.

A Companhia vem respeitando integralmente a Lei e aplicando o percentual mencionado. A composição do saldo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	184	179
Ministério das Minas e Energia	92	90
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	55	54
Recursos em poder da empresa(a)	3.358	4.211
<b>Total</b>	<b>3.689</b>	<b>4.534</b>

a) **Recursos em poder da empresa - P&D**: A rubrica de Recursos em poder da Companhia encontra-se com o saldo de R\$3.358 mil em 31/12/2025 e (R\$4.211 mil em 31/12/2024), a redução ocorreu em decorrência da baixa contábil no montante de R\$2.035 mil em julho/2025, referente à conclusão do "Smart/CEB - Soluções Inteligentes com Tecnologia 5G". Sendo assim o saldo da conta deverá ser aplicado em projetos de pesquisa, regulamentados e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em dezembro de 2025, a CEB Lajeado assinou o Termo de Referência, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e com a MVP3 Investimentos e Inovação Ltda, cujo objeto é "Aprimoramento e Validação do Lote Pioneiro Smartceb - Framework para Cidades Inteligentes através de Smart-Things Modulares Integrados na Rede de Iluminação Pública". O prazo de execução deste projeto será de 12 (doze) meses.

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

CONTINUAÇÃO

## 17 - Outros passivos circulantes

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões e encargos de folha	492	434
Consignações em favor de terceiros	167	153
Taxa de fiscalização ANEEL	64	61
Compensação financeira utilização recursos hídricos	795	982
Outros	4	-
<b>Total</b>	<b>1.522</b>	<b>1.630</b>

## 18 - Patrimônio líquido

## 18.1 - Capital social

O capital social da CEB Lajeado é de R\$112.284 mil em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de Ações		PL - Capital		Participação	
	Quantidade (ON)	%	Quantidade (PN)	%	Quantidade ON e PN	Capital Subscrito - R\$	%		%	
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	82.013.911	67.291.552	59,93			
Eletrobrás	-	-	54.836.102	100	54.836.102	44.992.198	40,07			
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	247	-		-	
Sergio Feijão Filho	-	-	2	-	2	1	-		-	
<b>Total</b>	<b>82.013.911</b>	<b>100</b>	<b>54.836.102</b>	<b>100</b>	<b>136.850.013</b>	<b>112.283.998</b>	<b>100</b>			

Os acionistas têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da Lei 6.404/76, podendo a eles serem imputados o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado entre CEB Holding e Eletrobrás prevê: i) Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; ii) Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos e iii) As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

## 18.2 - Reserva de capital

Refere-se ao montante de 10.000 partes beneficiárias pertencentes a Eletrobrás ao valor total de R\$151.225, títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo estatuto social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

## 18.3 - Reserva de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal (a)	22.457	22.457
Reserva de Lucros a Realizar (b)	23.685	26.054
Dividendos adicionais propostos (c)	81.050	75.417
<b>Total</b>	<b>127.192</b>	<b>123.928</b>

a) Reserva legal: Tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social, sendo que este limite foi atingido em 2022 e, a partir de então, não há obrigatoriedade legal de nova constituição.

b) Reserva de lucros a realizar: Na 25ª (vigésima quinta)

Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2025, foi aprovada a transferência de R\$2.369 e adicionados à proposição a base de dividendos. A deliberação referente a parcela do nº 2/12. Este montante foi pago no 2º trimestre de 2025 e o saldo restante a pagar é de R\$23.685 mil, para os próximos exercícios.

c) Dividendos adicionais propostos: Em dezembro de 2024, a Administração destinou o valor de R\$75.417 mil para constituição da Reserva de lucros em dividendos adicionais propostos referentes ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado ao final de 2024, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e de acordo com as normas descritas na ITG 08. Na reunião do Conselho de Administração nº 230ª (ducentésima trigésima) em 20/03/2025, foi encaminhado o encaminhamento à apreciação da 25ª (vigésima quinta) Assembleia Geral de Acionistas que posteriormente decidiu pela aprovação, sendo o pagamento realizado no 2º trimestre de 2025.

Ademais, em dezembro de 2025, a Administração destinou o valor de R\$81.050 mil para constituição da Reserva de lucros em dividendos adicionais propostos referentes ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado ao final de 2025, conforme previsto em Lei. Este montante será submetido à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas que posteriormente decidirá quanto à sua destinação.

## 18.4 - Destinação de Lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão destinados na constituição da Reserva Legal que não exercerá 20% do Capital Social. A CEB Lajeado já atingiu o limite máximo legal em 2022, não ocorrendo constituição a partir de então; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá destinação determinada pela Assembleia Geral. Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro ajustado, na forma da lei, podendo ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Exercício - 2025	Exercício - 2024
<b>Lucro antes da dedução das partes beneficiárias</b>	<b>126.280</b>	<b>116.655</b>
Partes beneficiárias	(12.748)	(11.665)
Reserva legal (vide nota 18.3 - item "a")	-	-
<b>(A) - Lucro líquido ajustado</b>	<b>113.652</b>	<b>104.990</b>
<b>Remuneração:</b>		
Juros sobre capital próprio - JSCP (Valor líquido de IRRF)	(23.736)	(18.847)
Complemento aos Dividendos Mínimos Obrigatórios	(4.677)	(7.400)
<b>(B) - Total dos 25% - Mínimo Obrigatório</b>	<b>(28.413)</b>	<b>(26.247)</b>
<b>(C) - IRRF sobre JSCP</b>	<b>(4.189)</b>	<b>(3.326)</b>
<b>(A) - (B) - (C) = Dividendos Adicionais Propostos</b>	<b>81.050</b>	<b>75.417</b>
Quantidade de ações	136.850,013	136.850,013
<b>Remuneração total por ação (ON e PN)</b>	<b>0,8305</b>	<b>0,7672</b>

## 18.5 - Ajuste de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização de reserva originária de benefícios pós-emprego relativa a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco, sendo que o saldo desta conta em 31 de dezembro de 2025 é de R\$161 mil.

## 19 - Receita operacional

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica (a)	258.878	248.712
Venda de energia de curto prazo - CCEE (b)	47.518	20.385
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>306.396</b>	<b>269.097</b>
Pis e Cofins	(29.240)	(25.659)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.701)	(2.358)
Taxa fiscalização Aneel	(770)	(737)
Compensação financeira pela utilização recursos hídricos	(5.068)	(5.977)
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>(37.779)</b>	<b>(34.731)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>268.617</b>	<b>234.366</b>

a) Venda de energia elétrica: O aumento da receita ocorreu pela correção pelo IGP-M dos valores pactuados com a Neoenergia S/A., sendo que este índice de inflação apresentou variação no período em 4,53% entre outubro/23 a setembro/24. Entretanto a partir de outubro/25 o contrato foi reajustado para os próximos 12 (doze) meses em 2,82%, o reajuste corresponde a R\$604 mil, com isso o faturamento passou de R\$21.422 mil para R\$22.026 mil mensais.

b) Venda de energia no mercado de curto prazo (MCP-CCEE): As receitas referentes aos valores informados pela CCEE nas apurações do MCP totalizaram R\$47.518 mil em 2025 e R\$20.385 mil em 2024. Esta receita deve ser analisada considerando o custo com Energia Elétrica Comprada para revenda descrito na nota explicativa 20 (a).

## 20 - Custos com energia elétrica e operação

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (a)	55.812	24.681
Arrendamento Investco S.A. (b)	29.219	29.869
Custo uso do sistema de transmissão	22.293	19.552
Prêmio de seguro do risco hidrológico	1.200	1.203
Seguro da Repactuação do Risco Hidrológico	117	112
Contribuição compulsória CCEE	101	91
<b>Total</b>	<b>108.742</b>	<b>75.508</b>

a) Energia elétrica comprada para revenda: i) O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e no ambiente de comercialização livre, além dos encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

ii) O resultado final do custo deve ser adicionado com a receita reconhecida, conforme nota explicativa 19 (b), no mesmo período, conforme quadro abaixo. iii) Em 31/12/2025, o saldo é negativo em R\$8.294 mil, anteriormente negativo (R\$4.296 mil em 31/12/2024). iii) a despesa registrada maior em 2025, ocorre pela garantia física sazonalizada no mercado de curto prazo, escassez de chuvas, além da valorização do preço praticado de um PLD elevado durante o ano de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Venda CCEE	47.518	20.385
Compra de Energia CCEE	(55.812)	(24.681)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(8.294)</b>	<b>(4.296)</b>

b) Arrendamento Investco S/A: Este custo é relativo ao arrendamento dos ativos da UHE Luis Eduardo Magalhães pertencentes à Investco para geração de energia. A redução do custo para o ano de 2025, com os devidos esclarecimentos é melhor detalhado na nota explicativa nº 11 (Investimento).

## 21 - Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	7.483	6.811
Serviços de terceiros	2.153	3.078
Depreciação	45	77
Incentivos Fiscais (a)	844	430
Outras Despesas administrativas	493	197
<b>Total</b>	<b>11.018</b>	<b>10.593</b>

a) Incentivos Fiscais: O montante de R\$844 mil em 2025, refere-se a doação realizada ao projeto social "Brasília Vôlei", conforme previsto na Lei nº 11.438/2006, alterada pela Lei nº 14.439/2022 que prevê o incentivo ao esporte por meio de projetos sociais. O mesmo é destacado na apuração do IR/CS, constante na nota explicativa nº 23.1.

## 22 - Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita financeiras</b>		
Receita sobre aplicação financeira (a)	22.089	16.577
Ajuste a Valor Presente	437	582
Outras receitas financeiras	413	251
<b>Subtotal</b>	<b>22.939</b>	<b>17.410</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária - P&D	(354)	(308)

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>174.524</b>	<b>174.524</b>	<b>166.563</b>	<b>166.563</b>
<b>Adições permanentes</b>				
Amortização de Ágio e RRH	8.516	8.516	8.516	8.516
Juros sobre capital próprio coligada	9.708	9.708	8.310	8.310
Outras Adições	2.503	2.503	2.343	2.343
<b>Total</b>	<b>20.727</b>	<b>20.727</b>	<b>19.169</b>	<b>19.169</b>
<b>Exclusões permanentes</b>				
Resultado equivalência patrimonial	(13.687)	(13.687)	(11.595)	(11.595)
Juros sobre capital próprio	(27.925)	(27.925)	(22.173)	(22.173)
Outras Exclusões	(482)	(482)	(322)	(322)
<b>Total</b>	<b>(42.094)</b>	<b>(42.094)</b>	<b>(34.090)</b>	<b>(34.090)</b>
<b>Adições e Exclusões Temporárias</b>	<b>(559)</b>	<b>(559)</b>	<b>(757)</b>	<b>(757)</b>
<b>Incentivos e Doações</b>				
Lei nº 11.438/2006 (incentivo ao Esporte)	844	844	430	430
<b>(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL</b>	<b>153.442</b>	<b>153.442</b>	<b>151.315</b>	<b>151.315</b>
Aliquota	15%	9%	15%	9%
Adicional (lucro superior a R\$ 240 mil)	10%	-	10%	-
<b>Despesa IRPJ e CSLL</b>	<b>37.492</b>	<b>13.810</b>	<b>37.375</b>	<b>13.618</b>
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>		<b>(51.302)</b>		<b>(50.993)</b>
<b>Taxa Efetiva %</b>		<b>29,40%</b>		<b>30,61%</b>

## 23.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Tributos diferidos - Resultado do Período

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	31/12/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IR e CS Diferidos 34%	Base de cálculo	IR e CS Diferidos 34%
Amortização R.R.H Lei nº 14.052/2020 (a)	3.778	1.285	3.778	1.285
<b>Subtotal 1</b>	<b>3.778</b>	<b>1.285</b>	<b>3.778</b>	<b>1.285</b>
Reversão Estimativa MCP dezembro/23 (b)	-	-	(336)	(114)
Estimativa MCP dezembro/24 (b)	-	-	91	31
Reversão Estimativa MCP dezembro/24 (b)	(91)	(31)	-	-
Estimativa MCP dezembro/25 (b)	5.587	1.900	-	-
<b>Subtotal 2</b>	<b>5.496</b>	<b>1.869</b>	<b>(245)</b>	<b>(83)</b>
Ajuste do AVP - RRR - Lei nº 13.203/15 (c)	(280)	(95)	(342)	(116)
<b>Subtotal 3</b>	<b>(280)</b>	<b>(95)</b>	<b>(342)</b>	<b>(116)</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL Diferidos - Resultado</b>	<b>8.994</b>	<b>3.058</b>	<b>3.191</b>	<b>1.085</b>

a) Anteriormente foi reconhecido o tributo diferido passivo sobre o ativo intangível reconhecido diante da Repactuação do Risco Hidrológico (vide nota explicativa 12). A amortização deste ativo é adicionada mensalmente à base de cálculo de IR e CS correntes e o tributo diferido passivo é revertido com base nesta adição, a qual totalizou uma reversão de tributos diferidos no montante de R\$1.285 mil em dezembro/2025.

b) Refere-se ao total diferido da Estimativa para o resultado do MCP. Este saldo é adicionado/excluído da base de cálculo do IR e CS diferidos no momento da contabilização da estimativa e assim que publicado o Sumário pela CCEE, o valor da estimativa é adicionado/excluído da base de cálculo.

c) A adição temporária referente ao Ajuste a valor presente reconhecido pela Companhia referente ao saldo do ajuste do AVP que trata a Repactuação do risco hidrológico no ativo (vide Nota 7). À medida que o AVP for sendo anulado, o valor será deduzido para fins de apuração da base de tributação.

ii) Tributos diferidos - Passivo não circulante.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	31/12/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IR e CS Diferidos 34%	Base de cálculo	IR e CS Diferidos 34%
Repactuação R. Hidrológico - Lei nº 14.052/2020	(36.517)	(12.416)	(40.294)	(13.700)
Estimativa Mercado de Energia - MCP	5.587	1.900	91	31
Efeito ajuste de saldo RRR - Lei nº 13.203/2015	493	168	773	263
<b>Total de IRPJ e CSLL Diferidos - Passivo</b>	<b>(30.437)</b>	<b>(10.349)</b>	<b>(39.430)</b>	<b>(13.406)</b>

a) A apuração do IR e CS diferidos em 2025 é de R\$10.349 mil com queda em relação ao exercício anterior (R\$13.406 mil em 2024), impactadas pela amortização do Risco Hidrológico, além do acréscimo com a estimativa negativa com o mercado de energia, os saldos constam na nota explicativa nº 14 "b".

## 24 - Remuneração dos Administradores

O Conselho de Administração é constituído por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável; dois membros e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Sociedade, entre eles o Diretor Geral da CEB Lajeado; um membro e seu respectivo suplente, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Sociedade; quatro membros e seus respectivos suplentes dos integrantes do Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, indicados dentre seus pares.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEB Lajeado, que fixa a respectiva remuneração, observando os limites legais. A Diretoria é composta por três membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral, o total da remuneração paga com benefícios e encargos até 31 de dezembro de 2025 foi R\$3.654 mil (3.538 mil, no mesmo período de 2024). A seguir é apresentada a despesa com salários, benefícios e encargos, com o número de membros dos referidos colegiados.

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

Exercícios	Remuneração do Conselho		Remuneração do Conselho		Remuneração da Diretoria		Totalização	
	Administração		Fiscal		Estatutária		Despesa por exercício	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Total até 31/12/2025	Total 31/12/2024
Remuneração	511	479	287	274	1.673	1.599	2.471	2.352
Gratificação de férias	-	-	-	-	39	37	39	37
Gratificação natalina	-	-	-	-	122	116	122	116
INSS	102	96	57	55	288	323	448	474
FGTS	-	-	-	-	120	143	120	143
Previdência Privada	-	-	-	-	163	160	163	160
Auxílio Alimentação	-	-	-	-	75	64	75	64
Outros	-	-	-	-	216	192	216	192
<b>Total</b>	<b>613</b>	<b>575</b>	<b>344</b>	<b>329</b>	<b>2.696</b>	<b>2.634</b>	<b>3.654</b>	<b>3.538</b>
<b>Número de membros</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

## 25 - Partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Período Transação	Ativo	Passivo / PL	Receita / Despesa Resultado
<b>Aplicações Financeiras</b>					
a) Aplicações Financeiras	Banco de Brasília-BRB	31/12/24 a 31/12/26	150.758	-	20.167
<b>Participação Societária</b>					
b) Título a receber	Investco	21/07/01 a 31/08/35	1.649	-	157
c) Investimento	Investco		193.101	-	13.687
d) Juros s/capital próprio	Investco	31/12/24 a 31/12/25	8.252	-	173
<b>Obrigações com Acionistas</b>					
e) Dividendos obrigatórios	CEB Holding	31/12/25 a 31/12/26	-	2.616	-
f) Dividendos obrigatórios	Eletrobras/AXIA	31/12/25 a 31/12/26	-	2.061	-
g) Juros s/capital próprio	CEB Holding	31/12/25 a 31/12/26	-	13.274	-
h) Juros s/capital próprio	Eletrobras/AXIA	31/12/25 a 31/12/26	-	10.462	-
i) Partes beneficiárias	Eletrobras/AXIA	31/12/25 a 31/12/26	-	12.628	(12.628)
<b>Contas a Pagar</b>					
j) Arrendamento	Investco	21/07/01 a 15/01/33	-	2.683	(32.197)
k) Pessoal cedido CEB H	CEB Holding	31/12/25 a 31/12/26	-	75	(937)
l) Outros repasses CEB H	CEB Holding	31/12/25 a 31/12/26	-	167	(568)
<b>Partes relacionadas</b>					
m) Ágio Eletrobras	Eletrobras/AXIA	01/01/06 a 22/09/35	45.804	-	(4.738)

As principais operações da Companhia envolvendo partes relacionadas referem-se a aplicações financeiras, participações societárias e institucionais, obrigações com acionistas, contas a pagar e receber, e reembolsos devidos por compartilhamento de estrutura, já devidamente referenciadas em notas explicativas nas demonstrações contábeis.

## 26 - Gestão de riscos

## 26.1 - Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, caso haja necessidade, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 26.2 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía e continua sem possuir riscos de mercado associados à dívida. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

## 26.3 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras no ativo circulante e não circulante e contas a receber de concessionários e permissionários.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, possui em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para concessionários e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

## 26.4 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Este risco está diretamente relacionado às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de Concessionárias e permissionárias, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado alto. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma política de gestão de riscos financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por sua administração.

## 26.5 - Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEB Lajeado é uma empresa de geração, que comercializa o total de sua garantia física enquanto agente no mercado de energia no país, de acordo com as leis e normativas estabelecidas pelo órgão regulador de mercado, ANEEL, e, ainda, de acordo com as normas estabelecidas por outros entes atuantes no setor, em especial, Operador Nacional do

Sistema, Câmara de Comercialização de Energia elétrica, o próprio Ministério de Minas e Energia.

Dada a complexidade da regulação e normatização do setor, mudanças nas regras que definem como a energia é comprada e vendida no mercado podem afetar o resultado dos negócios de geração, assim como a criação de novas leis e regulamentações que impactem o setor elétrico, pode aumentar os custos de compliance e gerar incertezas para às empresas e, ainda, mudanças no cenário político e jurídico do país podem levar à revisão de contratos e à criação de novas regras que afetem todo o mercado de energia.

Além disso, por ser o setor regulado, as geradoras de energia estão sujeitas à fiscalização por parte de órgãos reguladores, consumidores e outros agentes do mercado que, em caso de descumprimento da legislação, podem aplicar sanções. A legislação, por sua vez, pode levar a interpretações divergentes por parte das empresas e dos órgãos reguladores, gerando litígios e insegurança jurídica. Finalmente, as geradoras de energia podem ser alvo de processos e multas por parte de órgãos reguladores. As medidas que vem sendo adotadas pela CEB Lajeado se alicerçam sobre o monitoramento das mudanças na legislação, com busca à assessoria especializada para entender, qualificar e quantificar seus impactos.

## 26.6 - Risco hidrológico

A receita da venda da CEB Lajeado é vinculada à energia assegurada garantia física que define o montante de energia que efetivamente pode ser vendido no mercado pelas geradoras, estabelecida esta a partir de metodologia e rito específico da EPE, ANEEL e MMME, estando definida no ato de concessão e podendo ser revista, de forma ordinária, a cada cinco anos. De forma a garantir total correspondência entre o mundo físico do despacho de energia com o mundo contratual, da venda e compra de energia, estabeleceu-se a obrigatoriedade de registro de todas as transações de energia na CCEE, de forma a garantir lastro de energia às operações de comercialização no mercado.

As condições conjunturais do sistema, assim como sua alta dependência das condições climáticas, devido à matriz brasileira de energia ser ainda em sua maioria de fonte hidráulica, em períodos de baixa pluviosidade e baixo armazenamento, a regra de garantia de lastro leva a um ajuste no direito de energia que, confrontado com as vendas estabelecidas, impactam de forma negativa o resultado financeiro das empresas, caracterizando a chamada exposição financeira no mercado de curto prazo que eleva os custos da energia e expõe a Companhia, exigindo que obtenha lastro no mercado ou mesmo junto à CCEE em valores significativos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu em dezembro/2015 à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, pela transferência de 92% deste risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco, denominado prêmio pelo Risco hidrológico, repassado às distribuidoras, via Conta Bandeiras e delas aos consumidores, a partir das bandeiras tarifárias, determinadas pela ANEEL a cada mês.

## 26.7 - Concentração de receitas

A Companhia realiza operações de vendas com a Neoenergia Distribuidora Brasília S/A., e nas operações mercadológicas com superávit na energia de curto prazo.

## 27 - Benefícios a empregados (Previdência e Saúde)

a) **Previdência Privada:** A CEB Lajeado e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da Fundação de Previdência Complementar – FUNDIÁGUA. Importante mencionar que a adesão estabelecida foi ao Plano III da FUNDIÁGUA.

Esta entidade visa complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O plano adotado é na modalidade de Contribuição Definida – CD, que não possui risco atuarial. O custeio do plano é feito por meio de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da Companhia.

b) **Assistência Saúde:** A Companhia fez adesão ao Programa de Assistência à Saúde da FUNDIÁGUA, conforme convênio CNP nº 20.050.046-11, cujo respectivo plano de saúde é baseado na modalidade Coparticipação, sendo os critérios relativos às despesas de contribuição mensais baseados em faixa etária (idade dos participantes) e a efetiva utilização do plano. Ademais, como parte do convênio foi estabelecido o rateio entre as partes da seguinte forma: Patrocinador (75%) e Empregados (25%).

## 28 - Restrição sobre as propriedades de ativos

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

## 29 - Seguros

A Companhia não possui apólices de seguros contratados pela Administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEB Lajeado, exceto para o veículo em nome da Companhia que é realizada a contratação de um seguro anualmente.

## 30 - Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>114.742</b>	<b>104.990</b>
Depreciação	45	77
Amortização	8.516	8.516
Tributos Diferidos (resultado)	(3.058)	(1.085)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(19)	(4)
Provisão para Contingências Fiscais	1.592	1.557
Provisão Tributos - PIS/COFINS	1.038	773
Equivalência Patrimonial	(13.687)	(11.595)
Partes Beneficiárias / JSCP e Dividendos	12.628	11.665
Dividendos/JSCP de Ações Preferenciais	(173)	(347)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(289)	(386)
Outras variações Patrimoniais	9	57
<b>Lucro Líquido do período ajustado</b>	<b>120.223</b>	<b>114.218</b>

## Variações Patrimoniais

(Aumento) Redução em contas a receber	(604)	(928)
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	-	(9)
(Aumento) Redução em Contas de Caução	(9.907)	(71)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	2.871	452
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	10.627	(313)
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(2.945)	(6.701)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(952)	1.418
<b>Total</b>	<b>(910)</b>	<b>(6.152)</b>

## Caixa Proveniente das Atividades Operacionais

	<b>119.312</b>	<b>108.066</b>
<b>Atividade de Investimento</b>		
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos Ações (ON e R)	9.103	14.000
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos Ações (A e B)	156	217
<b>Caixa consumido na Atividade de Investimento</b>	<b>9.259</b>	<b>14.217</b>

## Atividades de Financiamentos

Pagamento de Juros s/Capital Próprio e Dividendos Ações (ON e PN)	(85.185)	(99.778)
Pagamento de Dividendos mínimos obrigatórios Ações (ON e PN)	(23.736)	(36.548)
Pagamento de Partes Beneficiárias (PN)	(11.665)	(13.137)
<b>Caixa consumido nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(120.586)</b>	<b>(149.463)</b>

## Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa

Saldo de caixa no início do exercício	152.185	179.365
Saldo de caixa no final do exercício	160.171	152.185
<b>Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>7.986</b>	<b>(27.180)</b>

## 31 - Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária promove uma transformação estrutural profunda no setor elétrico ao substituir tributos como PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pelo modelo do IVA Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A transição para o novo modelo é orientada pelos princípios da não cumulatividade plena e do diferimento tributário, segundo os quais a tributação ocorre apenas na etapa final da cadeia, no consumo. Entre os principais avanços, destacam-se a possibilidade de apropriação integral e imediata dos créditos tributários sobre investimentos — eliminando o antigo sistema de Controle de Créditos do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) —, a manutenção do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e a confirmação da não incidência do Imposto Seletivo sobre a energia elétrica.

O cronograma de implementação prevê o ano de 2026 como fase de testes e de adaptação tecnológica, período em que as empresas deverão promover a atualização de seus sistemas para a emissão de documentos fiscais com alíquotas simuladas de CBS e IBS, sem impacto imediato sobre o valor final das faturas, como mencionados na nota explicativa nº 2.15 destas demonstrações contábeis. A cobrança efetiva da CBS terá início em 2027, acompanhada da extinção gradual do PIS, da COFINS e do IPI. Já o IBS será introduzido de forma escalonada entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS.

A plena operacionalização do novo sistema está prevista para 2033. Durante o período inicial de transição, especialmente em 2026, o Fisco sinalizou flexibilidade regulatória, com a dispensa de penalidades para as empresas que enfrentarem dificuldades técnicas na implementação, desde que comprovada a adoção de medidas de boa-fé.

No contexto da Geração Distribuída, a Reforma Tributária possibilita a exclusão da energia compensada da base de cálculo dos novos tributos. Contudo, impõe uma limitação relevante ao restringir essa desoneração aos projetos de autoprodução de energia com capacidade instalada de até 1 MW. Esse fator, aliado à manutenção dos encargos setoriais na base de cálculo do IBS e da CBS, configura um desafio significativo à atratividade econômica dos modelos de geração compartilhada.

Assim, embora o consumidor final não perceba alterações imediatas nos valores faturados em 2026, o setor elétrico ingressa em um período de intensa adequação regulatória, fiscal e operacional, fundamental para assegurar a conformidade com o novo sistema tributário e mitigar riscos ao longo do processo de transição.

## CLEBER SANTA RITA A. QUEIROZ PEREIRA

Contador da CEB Lajeado  
CRC/DF 021056-0/7

## JAIRO FERNANDO MECABÔ

Diretor Administrativo e Financeiro  
CEB Lajeado

## JOÃO WELLISCH

Diretor Geral da Companhia  
CEB Lajeado

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Conselheiros e Administradores da

## CEB Lajeado S.A.

Brasília-DF

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. (“Companhia” ou “CEB Lajeado”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 20 de março de 2025 sem modificação de opinião sobre essas demonstrações financeiras.

## CEB LAJEADO S.A - CEBlajeado

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026.

**TATICCA Auditores Independentes S.S.**

CRC 2SP-03.22.67/O-1

**Aderbal Alfonso Hoppe**

Contador CRC 1SC020036/O-8 T-SP

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE DA CEB LAJEADO S.A.**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, bem como demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia, e por seu Regimento Interno. Os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da

Companhia findo em 31 de dezembro de 2025.

**Conclusão:** A análise dos apontamentos dos relatórios da Auditoria Interna, da gestão de riscos e compliance e da Auditoria Externa, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação dos pontos de atenção indicados está sendo processada e monitorada. Tendo em vista as reuniões de discussões com os Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos da Companhia. Neste período foram examinados os relatórios da Auditoria Interna até a data base de 31 de dezembro de 2025 e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos. Avaliamos se as demonstrações estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis com observância à Lei das Sociedades por Ações e às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantêm contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas, o Comitê de Auditoria Estatutário, no que lhes foi dado conhecer, conclui que o relatório da Administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da CEB Lajeado S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão adequadas a serem encaminhadas e conhecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, recomendando a sua aprovação.

Brasília-DF, 18 de março de 2025.

**Marcello Joaquim Pacheco**

Coordenador

**João Carlos de Oliveira**

Membro

**Wimar Moreira da Silva**

Membro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CEB LAJEADO S.A.**

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2025, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O Colegiado tomou conhecimento do Relatório da Auditoria Independente, emitido pela Taticca Auditores Independentes S.S., em 19 de março de 2026, sem ressalvas.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião de que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Lajeado S.A., programada para 30 de março de 2026. Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2025, nos termos propostos pela Resolução de Diretoria n.º 004, de 3 de março de 2026.

Brasília, 20 de março de 2026

**Fabrizio de Oliveira Barros**

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia

**Leandro Pereira Rovedo**

Conselheiro Fiscal

**Luiz Cláudio de Freitas**

Conselheiro Fiscal

**DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEB LAJEADO S.A. REFERENTE A 242ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 19 DE MARÇO DE 2026.**

**Assunto:** Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados das notas explicativas.

O Conselho de Administração da CEB LAJEADO S.A. - CEB Lajeado, com amparo na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no art. 23, inciso I do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração da Companhia, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos respectivos documentos complementares, e a proposta de destinação do resultado do exercício, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e tomou conhecimento do Relatório da Taticca Auditores Independentes S.S., emitido sem ressalvas, bem como do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário 2025 – CEB Lajeado. O Conselho de Administração concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e **DECIDIU** convocar a Assembleia Geral Ordinária e submeter à sua deliberação a Proposta da Administração, bem como o Relatório da Taticca Auditores Independentes S.S., emitido em 19 de março de 2025, o Relatório da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados das notas explicativas, do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário 2025 – CEB Lajeado e da proposta de destinação do resultado do exercício.

**Marcello Joaquim Pacheco**

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**Edison Antônio Costa**

**Britto Garcia**

**Handerson Cabral**

**Ribeiro**

**Ivan Marques de Toledo Camargo**

**Leonardo Silva de Carvalho**

**João Wellisch**

**Tiago Modesto Costa**

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 25/03/2026

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: [jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/](http://jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/)

